



Número: **0831590-04.2019.8.15.0001**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **12/12/2019**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDECIR CARNEIRO DA SILVA (EXEQUENTE)		MARCIA AGRA DE SOUZA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27028442	12/12/2019 22:54	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
27028445	12/12/2019 22:54	<a href="#">Petição inicial Valdecir Carneiro da Silva x DPVAT</a>	Outros Documentos
27028446	12/12/2019 22:54	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
27028447	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos Pessoais</a>	Documento de Identificação
27028448	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos de comprovação 1</a>	Documento de Comprovação
27028650	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos de comprovação 2</a>	Documento de Comprovação
27028651	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos de comprovação 3</a>	Documento de Comprovação
27028655	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos de comprovação 4</a>	Documento de Comprovação
27028656	12/12/2019 22:54	<a href="#">Documentos de comprovação 5</a>	Documento de Comprovação
27130961	31/01/2020 15:51	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28510426	21/02/2020 11:23	<a href="#">Carta</a>	Carta
29597615	01/04/2020 16:43	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
29597617	01/04/2020 16:43	<a href="#">2709406_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
29597618	01/04/2020 16:43	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos
29650398	03/04/2020 10:48	<a href="#">HABILITAÇÃO</a>	Petição de habilitação nos autos
29650705	03/04/2020 10:48	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Procuração
29650708	03/04/2020 10:48	<a href="#">SUBSTABELECIMENTO- SUELIO</a>	Substabelecimento
30482085	07/05/2020 19:21	<a href="#">Petição</a>	Petição
30482089	07/05/2020 19:21	<a href="#">IMPUGNAÇÃO Valdecir Carneiro</a>	Outros Documentos

32104 261	06/07/2020 22:45	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
32104 264	06/07/2020 22:45	<a href="#">AR</a>	Aviso de Recebimento
32295 903	16/07/2020 19:10	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32800 806	30/07/2020 15:08	<a href="#">Petição</a>	Petição
32800 811	30/07/2020 15:08	<a href="#">2709406_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
32800 813	30/07/2020 15:08	<a href="#">2709406_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
36210 652	03/11/2020 23:06	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
36210 656	03/11/2020 23:06	<a href="#">OFÍCIO INDICANDO DATA- 7ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE 01</a>	Documento de Comprovação
36716 354	16/11/2020 23:13	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
36716 355	16/11/2020 23:13	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
36716 367	16/11/2020 23:25	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
36716 370	16/11/2020 23:25	<a href="#">email para Seguradora</a>	Outros Documentos
36959 636	23/11/2020 10:44	<a href="#">Petição</a>	Petição
36959 640	23/11/2020 10:44	<a href="#">2709406_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
38171 372	02/01/2021 10:45	<a href="#">Documento de Comprovação</a>	Documento de Comprovação
38171 373	02/01/2021 10:45	<a href="#">Valdecir Carneiro da Silva</a>	Documento de Comprovação
38714 998	25/01/2021 19:51	<a href="#">Petição</a>	Petição
39315 426	10/02/2021 13:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
39315 427	10/02/2021 13:54	<a href="#">2709406_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos
43186 019	18/05/2021 15:18	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
44503 645	14/06/2021 21:43	<a href="#">Execução / Cumprimento de Sentença</a>	Execução / Cumprimento de Sentença
44504 053	14/06/2021 21:43	<a href="#">MEMÓRIA DE CÁLCULO</a>	Documento de Comprovação
44592 671	16/06/2021 11:45	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
44610 110	16/06/2021 16:39	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Petição inicial anexa em PDF para melhor visibilidade e leitura:



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA  
GRANDE— PB.

VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA

**VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, professor, portador de RG nº 1.511.292 SSP/PB e CPF nº 768.743.544-34, domiciliado em Campina Grande – PB, onde reside na Rua José do Ó, nº 596, Bairro Lauritzen, CEP: 58.401-411, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência através de sua advogada, *in fine* assinada, conforme instrumento de procuração em anexo, que recebe intimações em seu escritório, na Rua Maciel Pinheiro, 170, sala 710, Centro, Campina Grande, PB, propor a presente

## **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20031-205, pelos motivos de fato e de direito agora expostos:

### **AB INITIO** **JUSTIÇA GRATUITA**

O Promovente não tem como custear as despesas inerentes ao processo sem o prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, inobstante seja professor, não apresenta nessa oportunidade condições de arcar com mais despesas, considerando que ainda tem despesas médicas como acompanhamento médico e com fisioterapia por exemplo, se enquadrando aos necessitados na forma da Lei n.º 1.060/50.

Não podendo lhe ser negado o acesso a Justiça em virtude da impossibilidade de recolhimento de alto valor a título de custas iniciais, ônus que deverá recair sobre o sucumbente, ao final da Demanda.





Importante ressaltar a Súmula n.º 29 do Tribunal de justiça do Estado da Paraíba, publicada no Diário da Justiça do dia 31 de Maio de 1998, pág. 12, abaixo transcrita:

*“Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária, a recorrer aos serviços da defensoria pública.”*

**Diante do exposto, requer a Vossa Excelência a concessão do BENEFICIO DA JUSTIÇA GRATUITA, de acordo com a Lei nº 1.060/50, conforme jurisprudência supra, isentando o Promovente do pagamento das custas e despesas processuais, por ser de inteira JUSTIÇA.**

## **DOS FATOS**

Conforme Boletim de Ocorrência Policial – BO, lavrado perante o Plantão Centralizado – DISP – Campina Grande – PB, o autor fora vítima de acidente de trânsito, ocorrido no dia 27 de maio de 2018, por volta das 04:00 h. O autor foi atropelado na Av. Dr. Severino Cruz, em frente ao Monumento Jackson do Pandeiro, por um veículo não identificado.

O autor foi socorrido por uma unidade do SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Regional CG – 192, conforme DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO anexa.

Socorrido para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, o autor foi recebido direto na ALA VERMELHA, que requer atendimento imediato diante da gravidade dos ferimentos, conforme FICHA DE ACOLHIMENTO anexa.

Ainda conforme documentos acostados, fornecidos pelo Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, o Promovido foi diagnosticado como Politraumatizado, tendo feito cirurgia de alto grau de complexidade na sua perna esquerda.

Diante da gravidade dos ferimentos do Promovente, diante da perspectiva de amputação da perna do autor, e diante da sugestão médica, resolveu a família do autor, transferir o Autor para o Hospital Antônio Targino, para que o mesmo fosse submetido a uma cirurgia com a máxima urgência possível, para recuperar a sua perna esquerda.

A Nota Fiscal nº 44752, expedida pelo Hospital Antônio Targino, comprova o pagamento de R\$ 4.680,00 (quatro mil, seiscentos e oitenta reais) a título de Despesas médicas hospitalares prestadas.

No entanto, estas não foram as únicas despesas suportadas pelo autor, valor superior a este informado, foi gasto após a sua alta hospitalar, com remédios, acompanhamento médico, fisioterapêutico, locomoção, etc...

## **REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

O autor não requereu o benefício do seguro administrativamente nos CORREIOS, tendo em vista que existe a possibilidade real de que o benefício ora pleiteado, não deverá mais concedido após 01 de janeiro de 2010, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional.



Ademais, temos a seguinte jurisprudência acatada pelo TJPB, no seguinte julgado:

“EMENTA: **PRELIMINAR. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. QUESTÕES PRÉVIAS. CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DEMANDA AJUIZADA POSTERIORMENTE À FIXAÇÃO DO NOVO ENTENDIMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240/MG. EXISTÊNCIA DE PRETENSÃO AUTORAL RESISTIDA COM A APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO. REJEIÇÃO. (...) – Se a promovida contesta a ação e manifesta expressamente recusa ao pagamento do seguro DPVAT, resta configurada a resistência à pretensão e ao litígio entre as partes, **não havendo necessidade de prévio requerimento administrativo.** (TJPB – Acórdão/Decisão do Processo nº 000112598. 2015.815.2001, 2ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, julgado em 17/07/2018.

## **SUPORTE JURÍDICO**

A Lei Federal nº 6.194/1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não, em seu art. 3º, prescreve as hipóteses em que é devida a indenização securitária ora perseguida pelo Requerente, merecendo transcrição:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – (...)

**II – até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;”**

O autor sofreu lesão irreversível, consoante indiscutível constatação pericial, resultando em invalidez permanente, assim sendo, faz jus à indenização perquirida no limite apurado pela Perícia e de acordo com a lei.



Junta aos autos prova dos fatos em que se apoia a sua pretensão reparatória, atendendo à diretriz traçada pelo art. 5º, da Lei Federal nº 6.194/1974, abaixo transcrito, juntando para tanto, Boletim de Acidente de Trânsito relativo ao acidente em anexo:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

O Tribunal de Justiça da Paraíba tem decisões pacíficas sobre o tema:

“APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO – DEBILIDADE PERMANENTE – EVENTO OCORRIDO EM 2007 – QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA – APLICAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340/2006 – IMPOSSIBILIDADE DE SOBREPOSIÇÃO DAS INSTRUÇÕES EMANADAS PELA CNSP ÀS LEIS FEDERAIS – QUANTUM ARBITRADO DE ACORDO COM O GRAU DE DEBILIDADE – DESPROVIMENTO DO RECURSO – Considerando que o acidente ocorreu em 11/01/2007, o que é corroborado pela documentação acostada ao processo, é de ser aplicada a Medida Provisória nº 340/2006. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior.” Apelação Cível nº 70030957443, Quinta Câmara Cível TJPB – Acórdão do Processo nº 02720070014926001 – Órgão (1ª Câmara Cível) – Relator DR. MIGUEL DE BRITTO LYRA FILHO – JUIZ CONVOCADO – j. em 29/10/2009.

## **DO PEDIDO**

ANTE O QUE FOI EXPOSTO, requer que seja deferido os benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**;

Requer que seja determinada a **realização de audiência de conciliação**, com a citação da Promovida, no endereço já mencionado, para que ela compareça, ou, em não tendo interesse em conciliar, possa apresentar sua defesa no prazo legal, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato articulada nesta exordial;

Oficiar **Perito Médico**, a fim de que produza Laudo Conclusivo sobre a incapacidade permanente do autor, **auferindo o grau de invalidez do autor**;

JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO, condenando a Promovida em indenizar o Promovente nos valores correspondentes ao grau de invalidez auferido pela Perícia Médica, acrescidos de **correção monetária**, desde a data do evento danoso, e **juros**, bem como na imposição de verba honorária em favor da advogada subscritora, à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da causa.



SE NECESSÁRIO, promete provar o alegado por todos os meios de provas em direito permitidos, notadamente depoimento pessoal, depoimento testemunhal, documental, inspeção judicial, etc., o que de logo requerido e protestado fica.

Dá à causa o valor R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes Termos,  
Aguarda Deferimento.

Campina Grande – PB, 11 de Dezembro de 2019.

Márcia Agra de Souza  
OAB/PB 9824



## **QUESITOS**

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes QUESITOS para o exame médico:

- 1 – Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2 – As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e documentos anexados aos autos?
- 3 – Qual foi o tratamento médico aplicado ao autor?
- 4 – Quais as sequelas físicas da lesão?
- 5 – A invalidez é temporária ou permanente?
- 6 - Em decorrência do evento em análise, qual o grau de incapacidade funcional irreversível?



**INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"**

OUTORGANTE: **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Professor, portadora do CPF nº 768.743.544-34, residente na Rua José do Ó, nº 596, Lauritzen, Campina Grande – PB, CEP: 58.401-411.

OUTORGADA: **MÁRCIA AGRA DE SOUZA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/PB sob o nº 9824, CPF nº 497.372.954-04, endereço eletrônico: \_\_\_\_\_, com escritório na Rua Maciel Pinheiro, nº 170, sala 710, Edf. Palomo, 7º andar, Centro de Campina Grande – PB. CEP: 58.400-100.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora e outorgada, concedendo-lhe os poderes da clausula *ad judicia et extra*, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: a presente procuração outorga a advogada acima descrita, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica (em conformidade com a norma do art. 105 do CPC/2015).

Campina Grande, 10 de dezembro de 2019.

Valdecir Carneiro da Silva



## SUBSTABELECIMENTO

**Márcia Agra de Souza**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9824 - PB, com escritório profissional situado à Rua Maciel Pinheiro, nº 170, Centro, Cidade de Campina Grande - PB, **SUBSTABELECE COM RESERVA DE PODERES** na pessoa de **Robéria Farias Araújo da Nóbrega**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil sob o nº 9844 - PB, com escritório profissional situado à Rua Maciel Pinheiro, nº 170, Bairro Centro, Cidade de Campina Grande - PB, Sala 710, 7º andar do Edifício Engenheiro Roberto Palomo, CEP. 58400-100, os poderes conferidos por **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Professor, portador do CPF nº 768.743.544-34, residente na Rua José do Ó, nº 596, Lauritzen, Campina Grande - PB, através de Instrumento Particular de mandato.

Campina Grande - PB, 11 de dezembro de 2019.

  
Márcia Agra de Souza

OAB/PB 9824



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME  
VALDECIR CARNEIRO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
1511292 SSP PB

CPF DATA NASCIMENTO  
768.743.544-34 30/10/1970

FILIAÇÃO  
JOSE PAULINO DA SILVA  
MARIA JOSE CARNEIRO DA SILVA

PERMISSÃO ACC CATHAB  
B

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO  
00584310192 04/11/2020 12/02/1998

OBSERVAÇÕES  
A ;

Viviane Clevidia de Sousa Caitan  
Escrevente Autorizada

Valdecir Carneiro da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO  
CAMPINA GRANDE, PB 10/11/2015

70541480605  
PB031581153

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1152789340

2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB  
Tabelião: Maria de Fátima Leite Cavalcanti  
Praça da Bandeira, 105, Centro, C. Grande - PB

2cartoriosnotas.com.br  
(03) 3321-8899

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. (Art. 425 - III do CPC)

Campina Grande - PB 11/07/2018

Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Selo Digital: AHE72519-ACWF

Emol R\$2,38 ISS R\$0,12 Farpen R\$0,28 Fepj R\$0,44 MP R\$0,04





EM BRANCO

EM BRANCO



GIMONE PESSOA LUCENA  
RUA JOSE DO O. 596 - LAURITZEN  
CAMPIÑA GRANDE / PB CEP: 55401-411 (AG: 431)

Ligação: MONOFÁSICO  
Cl/Sec: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 5-401-314-990 Referência: Nov / 2019  
Medidor: N1090055823 Emissão: 09/11/2019

ENERGISA  
ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Av. Dep. Ramunha Afonso 4789 - BR 220 - KM 159 - Três Irmãs  
Campina Grande / PB - CEP 56429-700  
CNPJ: 03.926.536/0001-35 Insc. Est. 16.003.833-1  
Nota Fiscal / Contrib. de Energia Elétrica: NFD03.065.616  
Cód. para Deb. Automática: 00000203562

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 023 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI  
Nov / 2019 08/11/2019 10/12/2019 021.181.314-10  
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 4/20356-2

Canal de contato

Conhece a Gisa, nossa atendente virtual do WhatsApp?  
Ela pode te ajudar com informações sobre débitos,  
enviar a segunda via da conta de energia e até fazer pedido  
de Regulação. Salve nosso número e  
nos chame sempre que precisar. (53) 99135-5540.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
09/10/19	37234	09/11/19	37516	
Demonstrativo				
Qtd	Descrição	Quantidade	Tarifa cl	Valor Base Calc Aliq Icms (R\$) Base Calc Pto (R\$) Cofins (R\$)
				Tributos Total (R\$) ICMS (R\$) ICMS
		252,000	0,759180	213,80 213,80 27 57,72 213,80 2,31 10,88
0601	Consumo em kWh	4,48	4,48	27 1,21 4,48 0,05 0,22
0601	Adic. B. Amarela	4,58	4,58	27 1,24 4,58 0,05 0,22
0601	Adic. B. Vermelha			
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0607	CONTRIB. ILLUM. PUBLICA	29,85	0,00	0 0,00 0,00 0,00 0,00
0604	JUROS DE MORA 10/2019	0,26	0,00	0 0,00 0,00 0,00 0,00
0605	MULTA 10/2019	0,00	0,00	0 0,00 0,00 0,00 0,00

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 253,88 222,97 30,17 222,97 2,41 11,12  
Tarifa de Tributos 0,507350

Média últimos meses (kWh) 265  
VENCIMENTO 18/11/2019  
TOTAL A PAGAR R\$ 253,88

Histórico de Consumo (kWh)  
291 | 296 | 301 | 290 | 285 | 235 | 254 | 244 | 268 | 230 | 293 | 242  
Nov/18 Dez/18 Jan/19 Fev/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19 Jul/19 Ago/19 Set/19 Out/19

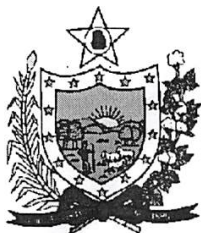
66de.9302.be08.e30e.f214.aab5.059c.1aca.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
9/2019 - Alto Branco				Discriminação	Valor (R\$)	%
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)		Serviços de Dist. de Energia Elétrica	44,35	17,47
DIC MENSAL 5,55	0,00	NOMINAL 220		Serviços de Energia	85,42	33,69
DIC TRIMESTRAL 11,10				Serviço de Transmissão	9,40	3,70
DIC ANUAL 22,21	0,00	CONTRATADA 202		Encargos Setoriais	0,55	0,22
FIC MENSAL 8,72		LIMITE INFERIOR 221		Impostos Diretos e Encargos	104,72	41,26
FIC TRIMESTRAL 13,45	0,00			Outros Serviços	0,00	0,00
FIC ANUAL 26,90				Total	253,88	100,00
DMIC 12,22						
DIC R						

Valor do EUSD (Ref 9/2019): R\$ 63,20

ATENÇÃO

Faturas em atraso



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
PLANTÃO CENTRALIZADO – DISP – CAMPINA GRANDE/PB

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

***Versando sobre POSSÍVEL ATROPELAMENTO E OMISSÃO DE SOCORRO***

***Hora e data do fato: Às 04:00, do dia 27 de maio de 2018.***

***Hora e data em que a Delegacia tomou conhecimento: Às 13:39, do dia 27 de maio de 2018.***

***Local do Ocorrido: AV. DR. SEVERINO CRUZ, EM FRENTE AO MONUMENTO JACKSON DO PANDEIRO***

**COMUNICANTE:** ADELINO ANDRÉ MACIEL DE ARRUDA, do sexo masculino, nascido no dia 06/06/1990, com 27 anos de idade, ID: 3283778 SSP-PB, BANCÁRIO, filho de ANTONIO CARLOS CARNEIRO DE ARRUDA e de SONIA MARIA MACIEL DE ARRUDA, escolaridade: SUPERIOR COMPLETO, CASADO, natural de CAMPINA GRANDE, BRASILEIRO, residente na RUA JOSÉ DO Ó, 572, bairro ALTO BRANCO, na cidade de C. GRANDE, PB, celular Nº 9-8818-8554

**VÍTIMA:** VALDECIR CARNEIRO DA SILVA, do sexo masculino, nascido no dia 30/10/1970, com 47 anos de idade, ID: 1511292 SSP-PB, CPF: 768.743.544-34, PROFESSOR, filho de JOSÉ PAULINO DA SILVA e de MARIA JOSÉ CARNEIRO DA SILVA, escolaridade: SUPERIOR COMPLETO, SOLTEIRO, natural de CAMPINA GRANDE, BRASILEIRO, residente na RUA JOSÉ DO Ó, 572, bairro ALTO BRANCO, na cidade de C. GRANDE, PB

**TESTEMUNHAS:** A APRESENTAR.

**ACUSADO(S):** A INVESTIGAR

**HISTÓRICO:** INFORMA O COMUNICANTE QUE, NA MADRUGADA DE HOJE, POR VOLTA DAS 04H, SEU TIO, ORA VÍTIMA, FOI ATROPELADO, NA AV. DR. SEVERINO CRUZ, EM FRENTE AO MONUMENTO JACKSON DO PANDEIRO, POR VEÍCULO NÃO IDENTIFICANDO, SE ENCONTRANDO INTERNADO NO HOSPITAL DE TRAUMAS NESTA CIDADE.

AUTORIDADE KARINE DE LIMA VASCONCELOS

COMUNICANTE ADELINO ANDRÉ MACIEL DE ARRUDA

ESCRIVÃ SIMONE CRISTINE M. RODRIGUES





Estado da Paraíba  
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB  
Secretaria de Saúde do Município  
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SAMU Regional CG - 192



## DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG – 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA: 27/5/2018	HORA: 04:32 HS	ID Nº: 1698306
NOME:	VALDECIR CARNEIRO DA SILVA	
QUEIXA:	ATROPELAMENTO	
LOCAL:	R - DR. SEVERINO CRUZ - CENTRO	
COMPLEMENTO:	EM FRENTE MUSEU DOS TRÊS PANDEIROS	
CIDADE:	CAMPINA GRANDE/PB	
<b>DADOS DA REMOÇÃO</b>		
Paciente removido para o Hospital de Emergencia e Trauma		

Campina Grande, 29 de maio de 2018.

  
Paulo Alexandre B. Nascimento  
SUPERVISOR  
SAMU 192-CG

Deoclecio F Nascimento  
Coordenação Administrativa  
SAMU REGIONAL CG - 192

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)  
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB  
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191



**Ficha de Acolhimento**

Nome:	Valdeci Carneiro Silva		
End:	R. Elda de Souza Carneiro 45	Bairro:	Serritão P.B
Data de Nascimento:	30.10.70	Documento de Identificação:	E. Grande
Queixa:	Atropelamento	Data do Atend.:	27.05.18
		Hora:	05:18
Acidente de trabalho?	( ) Sim (X) Não		

**Classificação de Risco**

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo	Aspecto: ( ) Calmo ( ) Fáceis de dor ( ) Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida
Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas (X) Maca	

**Estratificação**

MOD. 110

- crucis**
- (X) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

- ( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

*Waleska*  
ENFERMEIRA  
CORRETO

Assinatura e carimbo do profissional



7/2018

HTCG-Painel Administrativo

EXAME SECUNDÁRIO / PARECER MÉDICO

CP: Inf. e exames de laboratório  
exames de laboratório  
Rx: Nat. fechada da  
parece com  
Act. que de h. h. de  
da s. de h. h. de  
# 08/08/11

DESTINO DO PACIENTE \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ hs.

- ( ) Centro cirúrgico \_\_\_\_\_ ( ) Alta hospitalar / ( ) A revelia  
( ) Internação (setor) \_\_\_\_\_ \ ( ) Decisão Médica  
( ) Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL \_\_\_\_\_ ( ) Óbito

Michaela Victor de Araújo Torres.  
Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO/PROCEDIMENTO

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

http://10... rojetohtcg/impreurgencia.php?contar=1662212





27/05/2018

HTCG-Painel Administrativo

GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº:1662212

CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52

Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809

Data: 27/05/2018

Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07

Atendente: Patrícia Maria Gonçalves

PACIENTE: VALDECIR CARNEIRO  
SILVA

CEP:58400002

Nascimento:30/10/1970

Endereço:RUA ILDA DE SOUZA CARNEIRO

Sexo:M

Telefone: 98311286

Cidade: Campina Grande

Idade:047

Bairro:SERROTAO

Nome da Mãe:

RG:

Nº:45

Responsável:

CPF:

Profissão:PROFESSOR

Estado Civil:Solteiro(a)

Data de

CNS:1258899

Atend:27/05/2018

Motivo: ATROPELAMENTO

Hora: 05:23:15

CONVÊNIO:SUS

Médico:

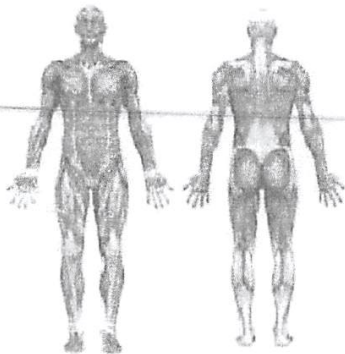
CRM:

Especialidade:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)



- |                         |                                  |
|-------------------------|----------------------------------|
| 1. Abrasão              | 19. Fratura óssea fechada        |
| 2. Amputação            | 20. Fratura óssea aberta         |
| 3. Avulsão              | 21. Hematoma                     |
| 4. Contusão             | 22. Injurgimento Venoso          |
| 5. Crepitação           | 23. Laceração                    |
| 6. Dor                  | 24. Lesão tendinária             |
| 7. Edema                | 25. Luxação                      |
| 8. Empalhamento         | 26. Mordedura                    |
| 9. Enfisema subcutâneo  | 27. Movimento torácico paradoxal |
| 10. Esmagamento         | 28. Objeto Encravado             |
| 11. Equimose            | 29. Otorragia                    |
| 12. F. Arma branca      | 30. Paralisia                    |
| 13. F. Arma de fogo     | 31. Paresia                      |
| 14. F. Cortado          | 32. Parestesia                   |
| 15. F. Cortante         | 33. Queimadura                   |
| 16. F. Corto-contuso    | 34. Rinorragia                   |
| 17. F. Perfuro-contuso  | 35. Sinais de Isquemia           |
| 18. F. Perfuro-cortante | 36.                              |

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = % Grau ( ) 1º Grau ( ) 2º Grau ( ) 3º Grau

DIAGNOSTICO / CID:

POLITRAUMATIZADO

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

PACIENTE VITIM  
RANUNDO PAV  
COM ESCORUA  
OUI PAUVA (

ALERGIA:

ESTARUA

MEDICAMENTOS:

CONSE  
NEC

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS

X Fotorreagentes

V Isocóri

Glasgow

IS

PA

120x

EGR, CUPMDE  
O ABO = DOPNU  
5/5

EXAMES SOLICITADOS:

( ) Laboratoriais

( ) Gasometria arterial

(X) Tomografia Computadorizada

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista:

NCR

Especialista:

ORTOPED

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E C
1	3F0,87 - 5
2	TILATIL 400
3	
4	
5	
6	

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

1.1.148/projetohtcg/impreurgencia.php?contar=1662212

Assinado eletronicamente por: MARCIA AGRA DE SOUZA - 12/12/2019 22:54:05

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121222540506200000026091842

Número do documento: 19121222540506200000026091842

Num. 27028448 - Pág. 5

Sr(a): VALDECIR CARNEIRO SILVA      Protocolo: 0000405939      RG: NÃO INFORMADO  
Dr(a): JHONY W B COSTA      Data: 27-05-2018 07:35      Origem: SALA VERMELHA  
Convênio: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES      Idade: 47 anos      Destino: SALA VERMELHA

**HEMOGRAMA**

[DATA DA COLETA: 27/05/2018 07:35 ]

**SÉRIE VERMELHA**

	Resultados	Valores de Referências
Eritrócitos.....	4.55 milhões/mm <sup>3</sup>	4,2 à 6,0 milhões/mm <sup>3</sup>
Hemoglobina.....	13,1 g/dL	13,5 à 16,0 g/dL
Hematócrito.....	39,3 %	40,0 à 52,5 %
V.C.M.....	86 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.....	29 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.C.M.....	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

**SÉRIE BRANCA**

Leucócitos.....	14.500 /mm <sup>3</sup>	5.000 à 10.000 /mm <sup>3</sup>
	(%)	(/mm <sup>3</sup> )
Neutrófilos		
Promielócitos.....	0	0
Mielócitos.....	0	0
Metamielócitos.....	0	0
Bastonetes.....	4,0	580
Segmentados.....	79,0	11.455
Eosinófilos.....	2,0	290
Basófilos.....	0	0
Linfócitos		
Típicos.....	13,0	1.885
Atípicos.....	0	0
Monócitos.....	2,0	290
CONTAGEM DE PLAQUETAS.....	138.000 mm <sup>3</sup>	140.000 à 400.000 mm <sup>3</sup>

OBSERVAÇÕES..... Contagens repetidas e confirmadas.

Deyvisson Bruno S. Cabral  
BIOMÉDICO  
CRM-PE 5241

Este laudo foi assinado digitalmente sob o número: 83A4-67EE-7593-8F98-22AC-2449-691E-E6FB



Emissão : 27/05/2018 09:29 - Página 1 de 1





PACIENTE:	VALDECIR CARNEIRO SILVA
DATA DO EXAME:	27/05/2018

### ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL – “FAST”

#### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico na frequência de 4,0 MHz.

#### ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal ou derrame pleural.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço e rins, identificáveis ao método.

\*Ressalta-se a limitação do método na detecção de lesões em órgãos sólidos, vísceras ocas e no retroperitônio.



**Dra. Míriam Maria Barbosa Albino**  
Médica Radiologista  
CRM/PB 6435





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:		VALDECIR DA NEIRO SILVA										PRONTUÁRIO:	
IDADE:	SEXO	COR:		PESO:		ALTURA:	CLÍNICA:	ENF:	LEITO:				
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/>	P <input type="checkbox"/>	A <input type="checkbox"/>									

DADOS CLÍNICOS:	POLIMIA
-----------------	---------

MATERIAL A EXAMINAR:	<b>RAIO X</b> REALIZADO EM: 26/05/18
----------------------	--

EXAMES SOLICITADOS:	- RX COLUNA CERVICAL - RX PERNA(D) - RX TOMBAX - RX QUADRIL
---------------------	---

URGÊNCIA: <input type="checkbox"/>	ROTINA: <input type="checkbox"/>	<i>Jhony Westley Costa</i> Médico Residente / Cirurgia Geral CRM-PB/8499
DATA:	HORA DA SOLICITAÇÃO:	
		Carimbo e Assinatura do Médico





PACIENTE: Waldemar Cavalcanti IDADE: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
AMBULATÓRIO ( ) EMERGÊNCIA ( ) ALA ( )

IMOBILIZAÇÃO GESSADA			TALAS TIPO			IMOBILIZAÇÃO NÃO GESSADA		
	D	E		D	E		D	E
Axilo Palmar			Pirica de Confeiteiro			Colar Cervical		
Velpeau			Axilo Palmar			Velpeau		
Luva			Luva			MJ		
Pêlvico Podálico			Spica			Tipola		
Coxo Podálico			Coxo Podálico			Jones		
Tubo			Tubo			Enfaixamento		
P.T.B			Joelheira			Esparradrapagem		
Bota			Bota			Splint		
Ante Pé			Ante Pé			Oito		
Observações:			Observações:			Observações:		

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
DATA

Dr. João Paulo Oliveira Nunes  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
MEDICINA DO TRABALHO  
CRM PB 9551  
ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## REQUISIÇÃO DE EXAMES

NOME:	VALDECIR CARNEIRO SILVA										PRONTUÁRIO:
IDADE:	SEXO	COR:		PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF.:	LEITO:			
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>									

### DADOS CLÍNICOS:

POLIMIALIA

### MATERIAL A EXAMINAR:

### EXAMES SOLICITADOS:

USG FAST

ULTRASSONOGRAFIA

Realizada em:

27/05/18

Jhony Wesley Costa  
Médico Residente Cirurgia Geral  
CRM-PB 8499

URGÊNCIA: ☒

ROTINA: ☐

DATA:

27/05/18

HORA DA SOLICITAÇÃO:

Carimbo e Assinatura do Médico

MOD. 002



**TERMO DE RESPONSABILIDADE**

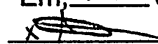
O abaixo assinado \_\_\_\_\_  
pessoa responsável pelo doente \_\_\_\_\_  
dá plena autorização aos médicos do Hospital \_\_\_\_\_ que o  
assistirem, para fazerem as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do  
tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas nos regulamentos do  
estabelecimento.

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: \_\_\_\_\_

O abaixo assinado Valdecir Carneiro Silva  
pessoa responsável pelo doente \_\_\_\_\_  
reconhece que o mesmo deixou o hospital contra o parecer dos médicos deste estabelecimento,  
assumindo inteira responsabilidade por sua decisão.

Em, 27 de maio de 2018 Adelino A. M. de Almeida  
Assinatura do doente ou responsávelTestemunhas: x Flavio Fabiano Dias

O abaixo assinado \_\_\_\_\_  
pessoa responsável pelo doente \_\_\_\_\_  
certifica que o mesmo teve alta do hospital por ter infringido o regulamento deste estabelecimento.

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: \_\_\_\_\_

O abaixo assinado \_\_\_\_\_  
pessoa responsável pelo doente \_\_\_\_\_  
reconhece que a mesma está em condições de acordo e declara pela presente que nenhum médico ou  
qualquer outro membro do hospital contribuiu intencionalmente para a indução do mesmo

Em, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas: \_\_\_\_\_



Ao Ilmo. Diretor do Hospital Antônio Targino

### Requerimento

Eu, **Valdecir Carneiro da Silva**, brasileiro, solteiro, portador do RG **1511292 - SSP/PB**, CPF **00584310192**, residente a rua : José do Ó, nº 572, bairro: Alto Branco, nesta cidade, venho por meio deste solicitar a cópia do prontuário médico hospitalar, referente ao período em que estive internado neste hospital.

Plano: **Particular**

Período da internação: 27 /05/2018 a 29/05/2018

E para da fé de ofício assino de próprio punho com firma reconhecida.

Nestes termos,

2º CARTÓRIO  
C. GRANDE-PB

*Valdecir Carneiro da Silva*

Campina Grande / PB, 18 de JUNHO de 2018

2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB  
Tabelião: Maria de Fátima Leites Cavalcanti  
Praça da Bandeira, 105, Centro - C. Grande - PB

Reconheço, por semelhança, a(s) firma(s) de **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**.

Campina Grande/PB 18/06/2018  
Em testemunho da verdade. Do  
Escritor: **LUCIANA CAROLINO DOS SANTOS**  
Selo Digital: AHB91601-YWTY  
Confira os dados em <https://selodigital.tjpb.jus.br>  
Emol: R\$9,48 ISS R\$0,47 Farpem R\$0,28 Fepj R\$1,74 MP R\$0,15

2º CARTÓRIO  
C. GRANDE-PB

**Luciana Carolino dos Santos**  
Escritor Autorizada



	<b>P. M. Campina Grande</b> <b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b> <b>NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA</b> Código de Verificação <b>8F7C.4344.A20F.E85A.DA6C.38EC.74F5.673B</b> Competência: <b>06/2018</b>		Número da Nota <b>44752</b>		
			RPS:		
			Data de Emissão 21/JUN/2018 11:34:07		
<b>PRESTADOR DE SERVIÇOS</b> Razão Social / Nome: <b>HOSPITAL ANTONIO TARGINO LTDA</b> CNPJ / CPF: <b>08.834.137/0001-53</b> Inscrição Municipal: <b>39142</b> Inscrição Estadual: Endereço: <b>RUA DELMIRO GOUVEIA 442</b> CEP: <b>58428-016</b> Bairro: <b>CENTENARIO</b> Complemento: <b>Não Informado</b> Município: <b>CAMPINA GRANDE</b> UF: <b>PB</b> País: <b>Brasil</b>					
<b>TOMADOR DE SERVIÇOS</b> Razão Social / Nome: <b>VALDECIR CARNEIRO DA SILVA</b> CNPJ / CPF: <b>768.743.544-34</b> Inscrição Estadual: Endereço: <b>RUA JOSE DO O 596</b> CEP: <b>58401-335</b> Bairro: <b>ALTO BRANCO</b> Complemento: <b>Não Informado</b> Município: <b>CAMPINA GRANDE</b> UF: <b>PB</b> País: <b>BRASIL</b>					
<b>DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS</b> <b>DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES PRESTADAS AO MESMO. (INTERNAÇÃO)</b>  <b>À VISTA</b>					
<b>VALOR TOTAL DA NOTA = R\$4.680,00</b>					
Código do Serviço <b>86101001 ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO P</b> Item da Lista <b>04.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambula...</b>					
INSS (R\$) - % <b>0,00</b>		IRRF (R\$) - % <b>0,00</b>		CSLL (R\$) - % <b>0,00</b>	
PIS (R\$) - % <b>0,00</b>		COFINS (R\$) - % <b>0,00</b>			
Base de Cálculo do ISS(R\$) <b>4.680,00</b>		Alíquota(%) <b>3,50</b>		Valor do ISS(R\$) <b>163,80</b>	
				Valor Líquido(R\$) <b>4.680,00</b>	
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b> O ISSQN desta NF-e será recolhido pelo PRESTADOR MENCIONADO ACIMA. Para verificar a veracidade da Nota Fiscal entre no site da prefeitura e clique no link NFS-e.					
A autenticidade desta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Campina Grande na Internet, no Endereço: <a href="http://www.campinagrande.pb.gov.br">http://www.campinagrande.pb.gov.br</a> e clique no link <b>NFS-e</b>				Código de Verificação: <b>8F7C.4344.A20F.E85A.DA6C.38EC.74F5.673B</b>	
RECEBEMOS DA EMPRESA HOSPITAL ANTONIO TARGINO LTDA OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA				Número da Nota: <b>44752</b>	
Local		Data		Assinatura	



**ATESTADO MÉDICO**

Atesto para os devidos fins que o paciente

Valdecir Clemente da Silva

necessita de 06 (MESES) dias de afastamento de suas

atividades PROFISSIONAIS

a partir desta data.

Valdecir Clemente da Silva

CID S82.2

AUTORIZAÇÃO DO PACIENTE OU DE SEU  
REPRESENTANTE LEGAL A REGISTRAR  
O DIAGNOSTICO CODIFICADO CID OU  
POR EXTENSO

Campina Grande, 27 / 05 / 18

Ass. Médico - CRM

Dr. Góssio Roberto Borborema  
CRM 1863 - CPF 131.247.044-34  
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA

Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba  
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br

2º Cartório de Notas de Campina Grande - PB  
Tabelião: Mario de Fátima Leitão Cavalcanti  
Praça da Bandeira, 105, Centro - Campina Grande - PB

2cartorionotas@gmail.com  
(83) 3321-8899 - 3066-8899

**AUTENTICAÇÃO**

Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original  
que me foi exibido. Dou fé. (Art. 425 - III do CPC)  
Campina Grande-PB 11/07/2018  
Consulte a autenticidade em <https://seidigital.tjpb.jus.br>  
Selo Digital: AHE72520-TMG6  
Emol R\$2,38 ISS R\$0,12 Farpen R\$0,28 Fepj R\$0,44 MP R\$0,34

Viviane Clevidia de Sousa Caitano  
Escrevente Autorizada





EM BRANCO

EM BRANCO





HOSPITAL ANTONIO TARGINO  
SISTEMA DE CONTROLE CLÍNICO  
REGISTRO DE INTERNAÇÃO

DATA: 27/05/2018  
HORA: 20:54:01



\*2292316\*

Prontuário	Nome do Paciente	Nascimento	Idade	Sexo	Cor	Naturalidade	Religião
657913	VALDECIR CARNEIRO DA SILVA	30/10/1970	47	M			
Estado Civil	CPF	RG	Grau de instrução	Profissão			
-	768.743.544-34	1511292 SSP PB					
Filiação	Mãe: MARIA JOSE CARNEIRO DA SILVA	Pai: JOSE PAULINO DA SILVA					
Endereço	R. JOSE DO O. 596 - AT BRANCO, CAMPINA GRANDE-PB CEP: CEP: 58102465						
Atendimento	Data	Hora	Sector				
2292316	27/05/2018	20:48	3008-SECRETARIA CONVENIOS				
Médico Atendente	1155-GODOFREDO NASCIMENTO BORBOREMA						
Plano / Convênio	Nº Carteira		Validade	Nº CNS			
37-PACOTE/1-PACOTE	1						
Posto	Acomodação		Leito				
ALA LUCIANO LOBO	203005 APARTAMENTO 60		AP60-1				
Guia	Procedimento						
INTERNACAO	99936565 INTERNACAO						

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O paciente (ou responsável), Sr(a) VALDECIR CARNEIRO DA SILVA, aqui declarado, dá plena autorização ao seu médico assistente \_\_\_\_\_, CRM \_\_\_\_\_, Estado do(a) PB, para fazer as investigações necessárias ao diagnóstico, e executar tratamentos, operações, anestésias, transfusões de sangue, ou outras condutas médicas que venham de encontro às necessidades clínico-cirúrgicas do caso, bem como comprometendo-se a respeitar as instruções que lhe forem fornecidas, inclusive quanto a imprevistos oriundos da eventualidade ou da não observância das orientações médicas.

Estou ciente das complicações inerentes ao ato cirúrgico abaixo.

- 1) \_\_\_\_\_
- 2) \_\_\_\_\_
- 3) \_\_\_\_\_

Responsável: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA  
Endereço: R. JOSE DO O. 596 Bairro AT BRANCO, CAMPINA GRANDE-PB  
Telefone: 33227554

CAMPINA GRANDE, 27 de Maio de 2018

LUCAS MARTINS DA SILVA  
Responsável pelo Atendimento

VALDECIR CARNEIRO DA SILVA  
Responsável pelo Paciente

RX DE CONTROLE  
REALIZADO EM 28/05/18

Alexandre da Silva Almeida  
CRP-R 01564-1  
Técnico em Radiologia

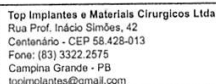
PACIENTE: Tabletin Carmine da Silva - 49a  
CONVÊNIO: Faculdade SUS ☐ PRONTUÁRIO: 6579913/229236 DATA: 28.05.18  
CIRURGIÃO: Dr. Godefrido AUXILIAR: Dr. Patrícia  
ANESTESISTA: Dr. Patrícia

CIRCULANTE: Italo SALA: 07 HORÁRIO: INÍCIO: 09:00 FINAL: 10:40

CÓD.	MEDICAMENTO	QUANT.	CÓD.	MATERIAL	QUANT.	CÓD.	FIOS	QUANT.
1872	ADRENALINA		107329	ADAPTADOR P/ SORO	01		ACIFLEX Nº	
1880	ÁGUA DESTILADA	02+01	110089	AG. RAQUI 27BD			ALGODÃO C/A Nº	
1899	AMINOFILINA		120089	AG. RAQUI 25BD			ALGODÃO S/A Nº	
1929	ARAMIN		161281	AG. RAQUI P/ OBESO BD			CROMADO C/A Nº	
2070	ATROPINA			AGULHA DESCARTÁVEL Nº	10		CROMADO S/A Nº	
265799	BEXTRA		40x12	AGULHA PERIDURAL Nº			ETHIBOND Nº	
1902	BICARBONATO DE SÓDIO			AGULHA RAQUI Nº 25	01		FITA CARDIACA	
4650	CEFALOTINA 1g	02		ALGODÃO HIDRÓFILO	03b		MONOCRYL Nº	
122769	CEFAZOLINA 1g		2259	ALGODÃO ORTOPÉDICO	02	4430	MONONYLON Nº 20	02
1767	CEFTRIAXONA		9113	ALGODÃO ORTOPÉDICO	02		PROLENE Nº	
154666	CETROPROFENO IV			ATADURA CREPON Nº 15	04		VICRYL Nº	
1910	CLORETO DE POTÁSSIO			ATADURA GESSADA				
2003	CLORETO DE SÓDIO		2356	BOLSA COLOSTOMIA				
5304	DEXAMETASONA			CÂNULA TRAQUEOSTOMIA Nº				
4855	DICLOFENACO SÓDICO		211958	CAPA PARA VÍDEO				
2020	DIPIRONA	02	2429	CATETER OXIGÊNIO	01			
5673	DOPAMINA		27880	COLETOR URINA ABERTO				
32190	EFEDRINA		22381	COLETOR URINA FECHADO				
5339	FENERGAN			COMPRESSAS				
2038	FUROSEMIDA		142341	COMPRESSAS 25X28	05p			
4286	GARAMICINA			DRENO PENROSE Nº				
2046	GLICOSE 50%			DRENO SUÇÃO Nº				
2054	GLUCONATO DE CÁLCIO			DRENO TÓRAX Nº				
5398	HEPARINA		59587	ELETRODO	05			
5380	HIDROCORTISONA		2585	EQUIPO MACROGOTAS	01			
2062	METOCLOPRAMIDA		287393	EQUIPO P/ ARTROSCOPIA				
37859	NAUSEDRON 8mg 4mg	01+01	2615	ESPARADRAPO	100cm			
69906	OMEPRAZOL 40mg		20117	FITA GLICEMIA				
70181	PROSTIGMINE		142220	GAZES 7,5X7,5	15p			
70238	QUELICIM			GAZES				
28819	RANITIDINA	01	3425	GELFOAN				
70335	SOLUMEDROL 500mg		60917	GILETE	01			
403792	TORADOL			GUENDEL Nº				
70971	TRANSAMIN		3468	INTRA-CATH				
70572	TILATIL 40mg	01		JELCO Nº 18	01			
CÓD.	PSICOTRÓPICOS	QUANT.		LÂMINA BISTURI Nº 24	01			
70254	ALFENTANILA		132709	LUVAS 6.5				
8885	DIEMPAZ 10mg		111209	LUVAS 7.0				
3026	DIMORF 1.0mg		40126	LUVAS 7.5	03			
3034	DIMORF 0.2mg	01	3522	LUVAS 8.0	02			
125149	DIMORF 10mg		149870	LUVAS 8.5				
69655	DORMONID	01	69752	MICROPORE LARGO				
69639	DORMONID COMP.			SCALPS Nº				
46850	FENOBARBITAL		3735	SERINGA DE 01cc				
8869	HIDANTAL		3700	SERINGA DE 03cc	02			
9962	KETALAR		3719	SERINGA DE 05cc	03			
69820	PETIDINA		3689	SERINGA DE 10cc	02			
73210	TRAMAL		3697	SERINGA DE 20cc	03			
146832	ULTIVA		341797	SERINGA DE 60cc (bico longo/curto)				
CÓD.	ANESTÉSICOS	QUANT.		SONDA FOLEY Nº				
70548	ATRACURIO			SONDA NELATON				
126233	CISATRACURIO			SONDA NSG				
9091	ETOMIDATO			SONDA RETAL				
3042	FENTANIL	01	53937	SURGICEL				
2801	LIDOCAINA 2% C/V		4081	TORNEIRA 03 VIAS	01			
2119	LIDOCAINA 2% S/V			TUBO ENDOTRAQUEAL Nº				
2810	LIDOCAINA GELEIA							
2160	NEOCAINA 0.5% C/V							
70750	NEOCAINA 0.5% S/V							
1996	NEOCAINA PESADA	01						
3212	NILPERIDOL							
142364	NOVAPUPI C/V							
97449	NOVAPUPI ISOBÁRICA							
264580	NOVAPUPI S/V							
2216	PANCURONIO							
82031	PROPOFOL							
142451	ROCURÔNIO							
24678	SEVORANE							

CÓD.	SOLUÇÕES	QUANT.
2330	ÁGUA OXIGENADA	
149217	ÁLCOOL	20ml
304000	CLOREXIDINA álcool	20ml
2631	ÉTER	
3603	PVP+DEGERMANTE clorex	20ml
3611	PVPI TÓPICO	
4111	VASELINA	
CÓD.	GASES HOSPITALARES	QUANT.
	APARELHOS	
	AR COMPRIMIDO	
	ASPIRADOR ELÉTRICO	
	BISTURI ELÉTRICO	
	CAPNOGRAFO	
	CRANIOTOMO	
	INTENSIFICADOR	90min
	MICROSCÓPIO CIRUR.	
	MONITOR CARDÍACO	90min
	NITROGÊNIO	
	OXIDO NITROSO	
	OXIGÊNIO	2L/min 90min
	OXÍMETRO DE PULSON	90min
	VÁCUO	90min
CÓD.	SOROS	QUANT.
9156	MANITOL 20%	
174459	PURISOLE 1000ml	
63681	S. FISIOLÓGICO 1000ml	
98229	S. FISIOLÓGICO 100ml	
9172	S. FISIOLÓGICO 250ml	
9164	S. FISIOLÓGICO 500ml	02+01
9180	S. GLICOSADO 250ml	
9199	S. GLICOSADO 500ml	
9148	S. RINGER 500ml	01+01
134489	VOLUMEN 6%	
CÓD.	OUTROS	QUANT.
n=15	laixa Camarch	03
	Placa e Tutano	01
	de 14 furto	
4.5mm	parafuso catical	02
n=130		01
n=32		01
n=32		01
6.5mm	parafuso espongoso	01
n=69		01
n=65		01
	Italo Colação de Souza	
	Téc. DE ENFERMAGEM	
	COREN-PB 883582	





## MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Hospital: MAT Código: \_\_\_\_\_

Procedimento: 12.451 Cód. do Procedimento: \_\_\_\_\_

Paciente: Valdemar Pereira da Silva

Data da Cirurgia: 28/05/18 Prontuário Nº: 654847 Convênio: Unioeste

Cirurgião: Dr. A. B. C. Coódiço: 123456 ☐ Reposição ☐ Caixa Pronta

## DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

[illegible]

## ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

		Nº							Valor Unt.	Valor Total
PARAFUSO		Qtd.								
CORTICAL. 3.5mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº	30	52	30	32				
		Qtd.	01	01	01	01				
CORTICAL. 4.5mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
		Qtd.								
ESPONJOSO. 4.0mm		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.								
ESP. R/16 CURTA		Cód.								
PARAFUSO		Nº	60	65						
ESPONJOSO. 6.5mm		Qtd.	01	01						
ESP. R/32 LONGA		Cód.								
PARAFUSO		Nº								
		Qtd.								
MALEOLAR 4.5mm		Cód.								

Obs.: O preenchimento do prontuário é obrigatório.


PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de pagamento: \_\_\_\_\_

Faturar N.F. para: \_\_\_\_\_

Cód. do consultor: \_\_\_\_\_ Total: \_\_\_\_\_

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO ESTOQUE



Nº do pedido: \_\_\_\_\_





1<sup>a</sup> Via Branca - Hospital  
2<sup>a</sup> Via Amarela - Anestesiologia  
3<sup>a</sup> Via Rosa - Faturamento  
4<sup>a</sup> Via Azul - Climaclima

ESES	QITDE
1ª Via Branca - Hospital	
2ª Via Amarela - Anestesiologia	
3ª Via Rosa - Frutamento	
4ª Via Azul - Cirurgião	
ca	
tárica	
radr	

10

2ª Equipe Cirúrgica (Cirurgia/1º/2º/3º Auxiliares)

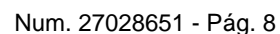
	Instrumentador(a)
--	-------------------

	C
--	---

[illegible]

\_\_\_\_\_

11	11
----	----

[illegible]



Dr. Celso Roberto Assis  
CRM 1863-CPF 134.247.044-34  
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA

VIA DE ACESSO: TÉCNICA E LIGADURAS-DRENAGEM-SUTURA-MATEMPREGADO-ASPECTO - VICERAS

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

PACIENTE:	Ulcron C. S.
Nº DO PRONTUÁRIO:	
DATA DA OPERAÇÃO:	28.05.19
OPERADOR:	Coelho
1º AUXILIAR:	
2º AUXILIAR:	
INSTRUMENTADOR:	
ANESTESISTA:	Ulcron
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO:	Franco FM
TIPO DE OPERAÇÃO:	
DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:	Ulcron FM
RELATÓRIO IMEDIATO DA PATOLOGIA:	
EXAME RADIOLOGICO NO ATO:	PO M. Cauda
ACIDENTE DURANTE A OPERAÇÃO:	PO CO. M.

ANTONIO TARGINO  
HOSPITAL







**PRESCRIÇÃO MÉDICA**

NOME:

AL. A.

DIAGNÓSTICO:

LEITO:

CONVÊNIO:

DATA:

**MEDICAMENTOS**

**HORÁRIO**

29.05.18  
D. M.  
G.

Assinatura: Dr. G. G. G.  
CRM 18841 CPF 131.247.044-38  
ORTOPEDIA - TRAUMATOLOGIA

**EVOLUÇÃO MÉDICA**



**HAT** HOSPITAL  
ANTÔNIO TARGINO

# EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

NOME:

Valdeci Carmo

IDADE:

LEITO: 601

MÉDICO:

DATA:

27/05/18

MANHÃ

TARDE

NOITE

paciente admitido nesta unidade  
hospitalar com diagnóstico de, para procedi-  
mento cirúrgico, após avaliação e per-  
ceção de sinais vitais, segue em  
condição de recuperação.

Jucara Andrade de Oliveira  
Técnico de Enfermagem  
COREN 708726 PB

**EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM**

NOME: Valter Carneiro IDADE:   
ALTA:  LEITO:  MÉDICO:

DATA: 28/05/18

MANHÃ

TARDE

Paciente segue estável, consciente, orientado, obediente, hidratado, com boa evolução. Sem queixas no momento. Medicado ACU + SSV.

Juliana Santos  
TÉCNICA DE ENFERMAGEM

NOITE

Paciente com quadro regular sem queixas no momento. Medicado ACU + SSV.

Maria Cristina Silva  
TÉCNICA DE ENFERMAGEM



Sr(a): VALDECIR CARNEIRO SILVA  
 Idade: 44 ANOS  
 RA: 0110071519 Dt Coleta: 28/05/2018 - 23:51:14  
 Dr(a): DORIVAL JOSE DE A. JUNIOR/7190  
 Convenio: PACOTE -HAT  
 Emissão: 28/05/2018 - 09:50:28 Local: LUCIANO LOBO



## HEMOGRAMA COMPLETO

ERITROGRAMA	Valores Encontrados	Valores de Referência
Hemácias	3,94	milh/mm3 3.90 a 6.70
Hemoglobina	12,0	g/dL H: 13,5 a 18,0 M: 12,0 a 16,0
Resultados Anteriores: 14/04/18 (15,4)		
Hematócrito	34,8	% H: 41 a 55 M: 36 a 49
V.C.M.	88,3	u3 80.0 - 98.0
Resultados Anteriores: 16/09/15 (91,4)		
H.C.M.	30,5	pg 26.0 - 32.0
Resultados Anteriores: 16/09/15 (31,6)		
C.H.C.M.	34,5	g/dL 32.0 - 36.0
RDW	12,1	11.0 - 14.5

Série Vermelha: Normocitose. Normocromia.

## LEUCOGRAMA

Leucócitos	8300	/mm3	3800 - 10000
Resultados Anteriores: 16/09/15 (6310)			
Bastonetes	0	0	0-2 0-500
Segmentados	67	5561	46-67 1.820-6.700
Eosinófilos	4	332	1-5 36-500
Basófilos	0	0	0-2 0-100
Linfócitos	16	1328	20-35 800-3.500
Linfócitos reativos	0	0	0-1 0-100
Monócitos	13	1079	2-10 72-1000

Série Branca: Leucócitos morfologicamente conservados.

PLAQUETAS	139000	/mm3	140.000 - 450.000
Resultados Anteriores: 16/04/18 (140000)			

Série Plaquetária: Trombocitopenia discreta.

Método: ANI MACA 2014  
 Material: SANGUE TOTAL

*M. Cardoso*  
 Dra. Talita Nunes Cardoso  
 FARMACÊUTICA / BIOQUÍMICA  
 CRF - PB 4096

Acesse seus resultados: @ www.labprosangue.com.br Central de Atendimento: ☎ 83 2102.5577 ☎ 83 2102 5555 📞 83 988310102

### UNIDADE CENTRO

☑ Rua Sandra Borborema, 61

### UNIDADE INTEGRAÇÃO

☑ Rua Sebastião Donato, 25

### UNIDADE CATOLÉ

☑ Av. Vigarão Calixto, 877

### UNIDADE CRUZEIRO

☑ Av. Almirante Barroso, 1493

### UNIDADE PRATA

☑ Rua Rodrigues Alves, 1049

### UNIDADE JOSÉ PINHEIRO

☑ Rua Campos Sales, 463

### UNIDADE CATINGUEIRA

☑ R. Severino Sezefredo de Almeida, 17

### UNIDADE QUEIMADAS

☑ Rua João Barbosa Silva, 77

### UNIDADE JOÃO XXIII

☑ Rua Nilo Peçanha, 83 Prata

### UNIDADE ANTÔNIO TARGINO

☑ R. Delmiro Gouveia, 349 Centenario

Todos os exames podem ser influenciados por medicamentos, estados fisiológicos, patológicos e outros. Apenas seu médico tem condições de interpretá-los.

CONTROLE DE QUALIDADE - SBPC  
 Programa de Excelência para Laboratórios Médicos



Assinado eletronicamente por: MARCIA AGRA DE SOUZA - 12/12/2019 22:54:13

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121222541102500000026091848

Número do documento: 19121222541102500000026091848

Sr(a): VALDECIR CARNEIRO SILVA  
Idade: 44 ANOS  
RA: 0110071519 Dt Coleta: 28/05/2018 - 23:51:14  
Dr(a): DORGIVAL JOSE DE A. JUNIOR/7190  
Convenio: PACOTE -HAT  
Emissão: 28/05/2018 - 09:50:28 Local: LUCIANO LOBO



#### GLICEMIA

Resultado

155

Valor(es) de referência

mg/dL

70 a 99

#### CREATININA

Resultado

0,79

Valor(es) de referência

mg/dL

Homens : 0,60 a 1,30  
Mulheres : 0,50 a 0,90

#### RITMO DE FILTRAÇÃO GLOMERULAR ESTIMADO (MDRD)

Adulto não-negro

112

mL/min/1,73  
m2

Adulto negro

135

mL/min/1,73  
m2

Nota:  
- Ritmo de filtração glomerular(RFG) e o melhor parâmetro da função renal. Valores persistentemente abaixo de 60 mL/min/1,73m2 estão relacionados com doença renal crônica.  
- A estimativa de ritmo de filtração glomerular deve ser usada com cautela em pacientes hospitalizados, considerando morbidades que levem a desnutrição, flutuações do nível sérico de creatinina e uso de medicamentos que interfiram na dosagem desta. Esta estimativa não deve ser usada para ajustar dose de medicamentos.

Referência:  
Stevens L.A., et al. Assessing Kidney Function-Measured and Estimated Filtration Rate. N Engl J Med. 2006;354:2473-83.

Método: AUTOMAÇÃO (HITACHI 917)  
Material: SRA

#### UREIA

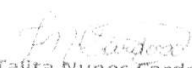
Resultado

23

Valor(es) de referência

mg/dL

10 a 50

  
Dra. Talita Nunes Cardoso  
FARMACÊUTICA / BIOQUÍMICA  
CRF - PB 4096

Acesse seus resultados: [www.labprosangue.com.br](http://www.labprosangue.com.br) Central de Atendimento: ☎ 83 2102.5577 ☎ 83 2102 5555 📞 83 988310102

#### UNIDADE CENTRO

☑ Rua Sandra Borborema, 61

#### UNIDADE CATOLÉ

☑ Av. Vigarão Calixto, 877

#### UNIDADE PRATA

☑ Rua Rodrigues Alves, 1049

#### UNIDADE CATINGUEIRA

☑ R. Severino Sezefredo de Almeida, 17

#### UNIDADE JOÃO XXIII

☑ Rua Nilo Pecanha, 83 - Prata

#### UNIDADE INTEGRAÇÃO

☑ Rua Sebastião Donato, 25

#### UNIDADE CRUZEIRO

☑ Av. Almirante Barroso, 1493

#### UNIDADE JOSÉ PINHEIRO

☑ Rua Campos Sales, 463

#### UNIDADE QUEIMADAS

☑ Rua João Barbosa Silva, 77

#### UNIDADE ANTÔNIO TARGINO

☑ R. Delmiro Gouveia, 349 - Centenário

Todos os exames podem ser influenciados por medicamentos, estados fisiológicos, patológicos e outros. Apenas seu médico tem condições de interpretá-los.

CONTROLE DE QUALIDADE - SBPC  
Programa de Excelência para Laboratórios Médicos



Assinado eletronicamente por: MARCIA AGRA DE SOUZA - 12/12/2019 22:54:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121222541102500000026091848>

Número do documento: 19121222541102500000026091848

Sr(a): VALDECIR CARNEIRO SILVA  
Idade: 44 ANOS  
RA: 0110071519 Dt Coleta: 28/05/2018 - 23:51:14  
Dr(a): DORIVAL JOSE DE A. JUNIOR/7190  
Convenio: PACOTE -HAT  
Emissão: 28/05/2018 - 09:50:28 Local: LUCIANO LOBO



### POTÁSSIO

Resultado 3,50

Resultado Anterior: 16/03/18 3,40

Método: ELETRODO ION SELETIVO (ISE)  
Material: SRA

Valor(es) de referência

mEq/L 3,5 a 5,5

### SÓDIO

Resultado 137,00

Resultado Anterior: 16/03/18 137,00

Método: ELETRODO ION SELETIVO (ISE)  
Material: SRA

Valor(es) de referência

mEq/L 135 a 145

### CLORETO

Resultado 96

Método: ELETRODO ION SELETIVO (ISE)  
Material: SRA

Valor(es) de referência

mmol/L 96 a 106


### PROTEÍNA C REATIVA ULTRA SENSÍVEL

Resultado 47,70

Método: IMMUNOTURBIDIMETRIA  
Material: SRA

Valor(es) de referência

mg/L Para risco coronariano:  
baixo risco: até 1  
risco médio: 1 a 3  
alto risco: maior que 3  
Para doenças inflamatórias na  
fase aguda: maior que 8

  
Dra. Talita Nunes Cardoso  
FARMACÊUTICA / BIOQUÍMICA  
CRF - PB 4096

Acesse seus resultados: @ www.labprosangue.com.br Central de Atendimento: ☎ 83 2102.5577 ☎ 83 2102.5555 📞 83 988310102

UNIDADE CENTRO  
☛ Rua Sandra Borborema, 61

UNIDADE CATOLÉ  
☛ Av. Vígano Calixto, 877

UNIDADE PRATA  
☛ Rua Rodrigues Alves, 1049

UNIDADE CATINGUEIRA  
☛ R. Severino Sezefredo de Almeida, 17

UNIDADE JOÃO XXIII 24h  
☛ Rua Nilo Peçanha, 83 - Prata

UNIDADE INTEGRAÇÃO  
☛ Rua Sebastião Donato, 25

UNIDADE CRUZEIRO  
☛ Av. Almirante Barroso, 1493

UNIDADE JOSÉ PINHEIRO  
☛ Rua Campos Sales, 463

UNIDADE QUEIMADAS  
☛ Rua João Barbosa Silva, 77

UNIDADE ANTÔNIO TARGINO 24h  
☛ R. Delmiro Gouveia, 349 - Centenário

Todos os exames podem ser influenciados por medicamentos, estados fisiológicos, patológicos e outros. Apenas seu médico tem condições de interpretá-los.

CONTROLE DE QUALIDADE - SBPC  
Programa de Excelência para Laboratórios Médicos



Assinado eletronicamente por: MARCIA AGRA DE SOUZA - 12/12/2019 22:54:13

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121222541102500000026091848

Número do documento: 19121222541102500000026091848

Sr(a): VALDECIR CARNEIRO SILVA  
Idade: 44 ANOS  
RA: 0110071519 Dt Coleta: 28/05/2018 - 23:51:14  
Dr(a): DORIVAL JOSE DE A. JUNIOR/7190  
Convenio: PACOTE -HAT  
Emissão: 28/05/2018 - 09:50:28 Local: LUCIANO LOBO



#### TEMPO DE PROTROMBINA - INR

#### Valores de Referência

Tempo de Protrombina	13,1	Seg
Plasma Controle	13,1	Seg.
Atividade Protrombinica	100,00	% 70 a 100
INR	1,00	

ÍNDICE DE SENSIBILIDADE INTERNACIONAL (ISI): 1,20

NÍVEIS TERAPÊUTICOS RECOMENDADOS PARA O INR:

#### ESTADO CLÍNICO:

Profilaxia de tromboembolia venosa.....	2.0 a 2.5
Tratamento de trombose venosa profunda (fase crônica), da embolia sistêmica....	2.0 a 3.0
Profilaxia em cirurgia de alto risco.....	2.0 a 3.0
Profilaxia de embolia venosa sistêmica em paciente com fibrilação atrial e	2.0 a 3.0
infarto do miocárdio.....	2.0 a 3.0
Tratamento de TVP (fase aguda) e embolia pulmonar ou sistêmica (fase aguda)...	2.0 a 4.0
Filose de válvula cardíaca, embolia sistêmica recorrente e embolia arterial....	3.0 a 4.4

Método: Automatizado,  
Material: PLASMA CITRATADO

#### TEMPO DA TROMBOPLASTINA PARCIAL

#### Valores de Referência

Paciente	30,0	Seg.
Plasma Controle	30,0	Seg.
Diferença	0	Inferior a 8

Método: CPTW  
Material: PLASMA CITRATADO

Dra. Talita Nunes Cardoso  
FARMACÊUTICA / BIOQUÍMICA  
CRF - PB 4096

Acesse seus resultados: [www.labprosangue.com.br](http://www.labprosangue.com.br) Central de Atendimento: ☎ 83 2102.5577 ☎ 83 2102 5555 📞 83 988310102

UNIDADE CENTRO  
☛ Rua Sandra Borborema, 61

UNIDADE CATOLÉ  
☛ Av. Vigário Calixto, 877

UNIDADE PRATA  
☛ Rua Rodrigues Alves, 1049

UNIDADE CATINGUEIRA  
☛ R. Severino Sezelredo de Almeida, 17

UNIDADE JOÃO XXIII 24H  
☛ Rua Nilo Peçanha, 83 - Prata

UNIDADE INTEGRAÇÃO  
☛ Rua Sebastião Donga, 25

UNIDADE CRUZEIRO  
☛ Av. Almirante Barroso, 1493

UNIDADE JOSÉ PINHEIRO  
☛ Rua Campos Sales, 463

UNIDADE QUEIMADAS  
☛ Rua João Barbosa Silva, 77

UNIDADE ANTÔNIO TARGINO 24H  
☛ R. Delmiro Gouveia, 349 - Centenario

Todos os exames podem ser influenciados por medicamentos, estados fisiológicos, patológicos e outros. Apenas seu médico tem condições de interpretá-los.

CONTROLE DE QUALIDADE - SBPC  
Programa de Excelência para Laboratórios Médicos



Assinado eletronicamente por: MARCIA AGRA DE SOUZA - 12/12/2019 22:54:13

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121222541102500000026091848>

Número do documento: 19121222541102500000026091848

**EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A**  
**FARMÁCIA PAGUE MENOS**  
Rua: Vila Nova da Rainha, 301 – FONE: (83) 3310-6621  
CEP: 58400-220 – CENTRO – CAMPINA GRANDE – PARAÍBA  
CNPJ: 06.626.253/014616  
IE: 16.128.010-2

### Orçamento

A senhor Valdecir Carneiro da Silva portador do CPF: 768.743.544-34, segue orçamento conforme solicitado:

PRODUTO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	TOTAL
Óleo de Girassol	R\$43,90	1	R\$43,90
Pantoprazol 40mg c/28	R\$44,82	1	R\$44,82
Cefalexina 500mg c/10 cpd	R\$13,90	4	R\$55,60
Arflex Retard	R\$52,00	1	R\$52,00
Tamiram 750mg c/5 cpd	R\$67,00	3	R\$201,00
Algodão 50mg	R\$6,05	1	R\$6,05
Tramadol 50mg	R\$14,18	2	R\$28,36
TOTAL			R\$431,73

Campina Grande, 29 de Maio de 2018

06.626.253, 0146-16  
Empreendimentos Pague Menos S/A.  
Rua Vila Nova da Rainha, 301 - Centro  
CEP 58100-690  
Campina Grande - PB

Os valores acima informados podem sofrer reajuste sem aviso prévio.





Número do documento: 19121222541355400000026091849

PROCESSO Nº 19121222541355400000026091849  
DATA DE EMISSÃO: 12/12/2019  
LOCAL: JUIZ DE FORA





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0831590-04.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos etc.

Defiro a gratuidade judiciária.

Como é cediço, em inúmeros feitos dessa natureza, a parte promovida não tem demonstrado qualquer intenção de fazer acordo em sessões de conciliação, o que só vem ocorrendo em Mutirões do DPVAT, razão por que deixo de designar a audiência conciliatória.

Cite-se, na forma legal.

*Campina Grande, data e assinatura digitais.*

Juiz(a) de Direito





**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível de Campina Grande**

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050- Fone: (83)3310-2444

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**Processo nº 0831590-04.2019.8.15.0001**

AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA



**RÉU: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

### **CARTA DE CITAÇÃO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível de Campina Grande-PB **CITO RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na pessoa de seu(sua) representante legal**, dos termos da ação supra, e para, querendo, apresentar **contestação** no prazo de **15 (quinze) dias úteis**.

**Advertência:** Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos do art. 344 do CPC.



Campina Grande-PB, 21 de fevereiro de 2020

**ANA MARIA FERREIRA LOBO**



Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19121222535635300000026091836
Petição inicial Valdecir Carneiro da Silva x DPVAT	Outros Documentos	19121222535930100000026091839
Procuração	Procuração	19121222540176000000026091840
Documentos Pessoais	Documento de Identificação	19121222540422800000026091841
Documentos de comprovação 1	Documento de Comprovação	19121222540506200000026091842
Documentos de comprovação 2	Documento de Comprovação	19121222540571400000026091843
Documentos de comprovação 3	Documento de Comprovação	19121222540826100000026091844
Documentos de comprovação 4	Documento de Comprovação	19121222541102500000026091848
Documentos de comprovação 5	Documento de Comprovação	19121222541355400000026091849



EM ANEXO







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08315900420198150001

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

### **CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

#### **BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **27/05/2018**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data **27/05/2018**.

Cabe ressaltar Vossa Excelência, embora conste nos autos documentos de despesas médicas, cumpre informar que a presente demanda versa tão somente sobre pedido de invalidez permanente.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.



## **PRELIMINARMENTE**

### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

### **DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

#### **AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO**

*Ab initio*, cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicante.

A atitude de ingressar com ação antes de tentar solucionar a questão pela via administrativa, que é mais célere, acarreta aglomeração de processos, como se observa com frequência em nosso Judiciário.

Vejamos o entendimento do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

“APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. PRELIMINAR REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ACOLHIDA.

AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE DE AGIR. RECURSO PROVIDO.

- A ausência do prévio requerimento administrativo, requerendo a cobertura securitária do DPVAT, configura

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;



ausência de interesse de agir, a ausência de prévio requerimento administrativo.

- Extinção do feito sem resolução do mérito, art. 485, IV, do CPC.

- Em razão do reconhecimento do direito à gratuidade de justiça, cumpre esclarecer que a exigibilidade do

montante relativo aos honorários advocatícios fica suspensa (art. 98, § 3º, do CPC/2015).

- Recurso de apelação provido.

(Apelação 507283-70007826-52.2012.8.17.0990, Rel. Itabira de Brito Filho, 3ª Câmara Cível, julgado em 19/07/2018, DJE 21/08/2018)”

Resta incontestável a necessidade de requerer o pagamento administrativo antes de ingressar com ação no Judiciário, consoante a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça<sup>3</sup>.

Cumprе salientar que recentemente o Supremo Tribunal Federal chegou à conclusão de que a ausência de requerimento em sede administrativa nas ações que versam sobre o Seguro Obrigatório DPVAT é motivo para extinção do processo por falta de interesse de agir<sup>4</sup>.

Destaca-se que as sociedades seguradoras não têm o menor propósito de eximir-se de sua obrigação quando comprovado que é realmente devida a indenização pleiteada, eis que pagar sinistro regularmente coberto é da inerência das suas atividades.

Vale ressaltar que as vítimas de acidentes de trânsito **em todo o Brasil, podem solicitar o seguro DPVAT gratuitamente nas agências próprias dos Correios**<sup>5</sup>. Frisa-se que se trata de um procedimento simples e com dispensa do auxílio de terceiros.

Essas ações promovidas pela Seguradora Líder dos consórcios DPVAT visam facilitar o recebimento na via administrativa dando acesso célere e efetivo aos acidentados, como também tem como objetivos principais evitar a lide e a necessidade de manifestação judiciária sobre o tema.

Em arrimo à tese aqui exposta, é amplamente sabido que o interesse jurídico manifesta-se na existência da lide. A função jurisdicional se exercerá sempre com referência a uma lide que a parte interessada deduz do Estado, pedindo uma solução. A existência da lide, do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Diante disso, impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, pois a existência do litígio constitui condição lógica do processo, cabendo ser evidenciado que o cidadão não deve e nem pode, a seu livre arbítrio e prazer, acionar a prestação jurisdicional do Estado em conflitos que certamente poderiam ser resolvidos de forma consensual e sem a interferência estatal.

<sup>3</sup>SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3ª Turma. AgRg no REsp 936574/SP. Julgamento: 02/08/2011. “**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR.**”

<sup>4</sup>SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Plenário. RE 631.240/MG. Julgamento: 10/11/2014. “**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR.**”

<sup>5</sup><https://www.dpvatsegurodotransito.com.br/pontos-de-atendimento-autorizados.aspx>



## DO MÉRITO

### DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>6</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

### DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda<sup>7</sup>.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

<sup>6</sup>“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. **LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.** 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - **Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.**” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)

<sup>7</sup>“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - **Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.**” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)



## **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

### **SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>8</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>9</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

**Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

**Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

## **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>10</sup>.

<sup>8</sup>RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUVE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

<sup>9</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>11</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Requer a Ré o acolhimento das preliminares suscitadas.

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

---

<sup>10</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>11</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**



Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 30 de março de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





### QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



### **TABELA DE GRADAÇÃO**

<b>Danos Corporais Previstos na Lei</b>	<b>Total (100%)</b>	<b>Intensa (75%)</b>	<b>Média (50%)</b>	<b>Leve (25%)</b>	<b>Residual (10%)</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477 - OAB/PB, com escritório na AV. JOAO MACHADO 553, SALA 111 - 1º ANDAR - EDF. PLAZA CENTER, CENTRO - JOAO PESSOA - PB, CEP: 58013-520, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, em curso perante a **7ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPINA GRANDE**, nos autos do Processo nº 08315900420198150001.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA - OAB/PB 4246-A

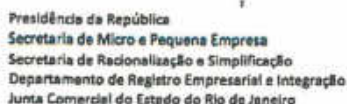
FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

**Time Budgets**

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

**Nº do Protocolo**

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC9943DA9D8

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

## Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: PD69743867A48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
an online digital library



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/04/2020 16:43:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040116433635900000028486699>

Número do documento: 20040116433635900000028486699

Num. 29597618 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 5/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-RJ, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13





Num. 29597618 - Pág. 7



4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

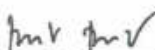
**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

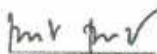
**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADB2B69D</b>
<b>Reconheço por AUTÊNTICAÇÃO as firmas de: HELIO BITTON RODRIGUES e JOSE ISMAR ALVES TORRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETLP-56891 H01, ETLP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>

### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807





EM ANEXO.





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL) QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

### Types Particles

Sociedade anônima

### Boite Environnement

Normal

### MS An Denturist

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

**JUCERJA**

### Último Argumento

0000313101 - 18/12/2017

NWRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Soluto(s): 102595004

Hash: ECC52023-D73D-4232-8033-7CC99430A9D4

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00



## REQUERIMIENTO


Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-5 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149058 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD69743867A48220CFDE4B56AFAD85ECFBFFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Page 2/13



**JUCEFUTIA**  
JOURNAL OF THE  
FUTURES SOCIETY



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 03/04/2020 10:48:39

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20040310483943600000028533271>

Número do documento: 20040310483943600000028533271

Num. 29650705 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar - Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCACÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13






Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reafirmar as funções específicas perante a SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*

<p><b>Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro</b>          Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A          NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018          CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.          Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856APADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8          Para validar o documento acesse <a href="http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital">http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital</a>, informe o nº de protocolo. Pág. 4/13</p>	 <p><b>JUCERJA</b> Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro</p>
--	---



**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13





SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13



Num. 29650705 - Pág. 7





4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86683B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI - DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

## **CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016





## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-DF, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADB2B69D</b>
<b>Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X0000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 2107-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3,9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796-48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>

**SUBSTABELECIMENTO**

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807





## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SUELIO MOREIRA TORRES**, inscrito na 15477-OAB/PB, os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90 Grupos 810/812, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



IMPUGNAÇÃO ANEXA:



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE- PB.

Processo nº 0831590-04.2019.815.0001

**VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, devidamente qualificado, nos autos da presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE**, que promove contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, por sua advogada que subscreve a presente, apresentar

## **IMPUGNAÇÃO**

à contestação acostada pela Promovida, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

Inicialmente cabe rechaçar a preliminar argüida pela Promovida, eis que carece de forma e fundamento.

Com relação à preliminar de falta de interesse de agir, pela ausência de requerimento administrativo, já foi explanado pela autora na petição inicial:

“O autor não requereu o benefício do seguro administrativamente nos CORREIOS, tendo em vista que existe a possibilidade real de que o benefício ora pleiteado, não deverá mais concedido após 01 de janeiro de 2020, conforme amplamente divulgado pela imprensa nacional.” (grifo nosso)

Data retificada nesta ocasião, tendo em vista que erroneamente consta na inicial o ano de **2010**. ID 27028445, pág. 02, último parágrafo.

Além do que, todas as pretensões registradas pelo Promovente, foram textualmente contestadas pela Promovida, fato que por si só, afasta a necessidade de requerimento administrativo.

Mesmo porque, a suposta possibilidade de requerimento administrativo não tem o condão de afastar o interesse processual do ora Promovente, tampouco afastar a possibilidade de conhecimento



da matéria pelo Judiciário, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, do legítimo direito de ação, e do sagrado acesso à justiça, assegurados pela nossa Constituição Federal.

Também não há que se falar em inépcia da petição ou improcedência total dos pedidos Autorais, em decorrência (apenas) da ausência do laudo do Instituto Médico Legal.

Isso porque, aludido documento pode, na verdade deve, perfeitamente ser suprido pela produção da prova pericial, o que já fora requerido na petição inicial e ora ratificado.

Com efeito, resta demonstrado, nos autos do processo enfocado, o direito do Promovente, limpidamente previsto na Lei nº 6.194/1974.

Com relação à perícia a ser realizada, a própria Promovida já assumiu sua responsabilidade quanto ao pagamento:

“Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.” ID 29597617. Pág. 7

Sendo assim, independentemente do valor cobrado, à época da realização da perícia, esta deve ser mantida as expensas da Promovida.

Por todo exposto, impugnadas estão todas as alegações sustentadas pela Ré, restando ao Autor, ratificar todos os termos da sua petição inicial, e pugnar pelo normal prosseguimento do feito, em regular fase de instrução, até a prolação da sentença de mérito, onde se aguarda pela inevitável condenação da Promovida, na conformidade com a pretensão autoral.

Nestes Termos,  
Aguarda Deferimento.

Campina Grande – PB, 06 de Maio de 2020.

Márcia Agra de Souza  
OAB/PB 9824







## CERTIDÃO

Certifico que o Aviso de Recebimento (AR) foi devolvido nesta data e anexado ao Autos.

6 de julho de 2020

ANA MARIA FERREIRA LOBO



PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
R SENADOR DANTAS, 74, - DE 58 AO FIM - LADO PAR, CENTRO  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205  
PROCESSO Nº 0831590-04.2019.8.15.0001  
AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA  
RÉU: NOME: SEGURODORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ENDER

CEP / C

UF

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

conta de citação

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURODO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

ASSINATURA E MAT. DO ENVIO  
SIGNATURE BUREAU

18 MAR 2020  
VALDECIR CARNEIRO DA SILVA  
RG: 10.602.555-9 Detran



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Assinado eletronicamente por: ANA MARIA FERREIRA LOBO - 06/07/2020 22:45:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070622450512700000030768555>

Número do documento: 20070622450512700000030768555



AVISO DE  
RECEBIMENTO  
AVIS CN07

AR

JU 51644594 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

10 MAR 2020

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
FÓRUM AFFONSO CAMPOS  
7ª VARA CÍVEL

Rua Vice Prefeito Antônio de Carvalho Souza, s/n

CEP: 58.410-050 - Estação Velha

Campina Grande - PB

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL  
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA  
DEVOLUÇÃO  
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



Assinado eletronicamente por: ANA MARIA FERREIRA LOBO - 06/07/2020 22:45:05

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20070622450512700000030768555>

Número do documento: 20070622450512700000030768555



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**7ª Vara Cível de Campina Grande**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0831590-04.2019.8.15.0001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Conforme convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder, as perícias nos processos que visem à cobrança de seguro DPVAT serão realizadas às expensas da citada seguradora, pelos peritos nomeados pelo Juízo, previamente cadastrados junto ao Tribunal de Justiça.

Assim, nomeio como perita a médica **Rosana Bezerra Duarte de Paiva** para proceder à perícia judicial nos presentes autos.

Entretanto, a perícia deverá ser realizada apenas após o retorno presencial das atividades, em dia e hora a ser designado pela escrivania deste Juízo.

Intimem-se as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias, bem como para comparecimento neste fórum, na sala de audiências deste juízo, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriores realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos.

Ainda, intime-se a Seguradora Líder para depositar os honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais), em 10 (dez) dias, sob pena de penhora on line. Com a juntada do respectivo laudo nos autos e comprovado o depósito dos honorários, oficie-se ao Banco do Brasil para transferência para conta bancária da perita cujos dados já são de conhecimento da escrivania.

Os quesitos a serem respondidos serão os que já se encontram na contracapa dos autos e aos quais as partes já podem ter acesso.

Campina Grande (PB), data e assinatura digitais.

**FLAKANDRE DE SOUSA QUEIROZ**

Juiz de Direito



EM ANEXO







N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		24/07/2020	0063	3500126751476
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
24/07/2020	2709406	08315900420198150001	TRIBUNAL DE JUSTICA	ESTADUAL
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
CAMPINA GRANDE	7 VARA CIVEL	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
VALDECIR CARNEIRO DA SILVA		Física	76874354434	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
4F5E9B8856A6F1BB				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

**Processo: 08315900420198150001**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

CAMPINA GRANDE, 28 de julho de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB



Em anexo ofício indicando data da avaliação pericial.



# Dra. Rosana Bezerra Duarte de Paiva

## Perita Médica - Médica do Trabalho

EXMº(A) SENHOR(A) JUÍZ(A) DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA  
DE CAMPINA GRANDE

**ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**, perita médica, vem  
respeitosamente perante Vossa Excelência aceitar o encargo para realizar  
perícias médicas referentes aos Processos DPVAT listados abaixo:

**0831590-04.2019.8.15.0001 VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**  
**0815741-94.2016.8.15.0001 ANDERSON XAVIER AZEVEDO**  
**0818480-35.2019.8.15.0001 CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA MARQUES**  
**0805290-68.2020.8.15.0001 MOISES RAIMUNDO DOS SANTOS**

Ao tempo em que confirma data e local, conforme indicados.  
Solicito que os autores apresentem-se **portando documento pessoal com foto,  
cópia do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial no  
dia da perícia.**

Dia : **16/12/2020**

Horários: **14:00h** (ordem de chegada)

Fórum Afonso Campos – 4º Andar - Setor Médico

Rua : Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Souza S/N – Liberdade –

Campina Grande/PB - CEP 58410050

Telefone: (83) 33102400

João Pessoa (PB), 02 de Novembro de 2020.

  
*Dra. Rosana B. Duarte de Paiva*  
Perita Médica  
CRM - PB 4183 / CREMEPE 19414  
CPF: 587.738.514-34

**ROSANA BEZERRA DUARTE DE PAIVA**  
**CRM PB 4183**

083 8765-6296  
083 9122-3359

dr.rosanaduarte@ig.com.br





**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível de Campina Grande**

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050- Fone: (83)3310-2444

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0831590-04.2019.8.15.0001

**AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara supra, intimo **as partes** para, em **05 (cinco) dias**, formularem **quesitos** pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos **assistentes técnicos**

**Intimem-se as partes** para comparecerem no dia **16/12/2020, a partir das 14:00hs**(ordem de chegada) no Setor Médico do Fórum Afonso Campos (4º Andar) para realização da perícia, acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e quesitação. **É dever do advogado informar a parte data, hora e local da perícia.**

**Intimo o autor para que apresente-se portando documento pessoal com foto, cópia do boletim de ocorrência policial, do atendimento médico inicial, exames pertinentes e toda a quesitação presente nos autos, no dia da perícia.**

**Advogado: MARCIA AGRA DE SOUZA OAB: PB9824 Endereço: desconhecido**

**Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000**

Campina Grande-PB, 16 de novembro de 2020.

**De ordem, ANA MARIA FERREIRA LOBO**

**Técnico Judiciário**







**Poder Judiciário da Paraíba**

**7ª Vara Cível de Campina Grande**

End.: Rua Vice-Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Liberdade, Cep.:58.410-050- Fone: (83)3310-2444

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

0831590-04.2019.8.15.0001

**AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO**

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito da Vara supra, intimo **as partes** para, em **05 (cinco) dias**, formularem **quesitos** pertinentes ao objeto da perícia (caso ainda não feito), indicando os respectivos **assistentes técnicos**

**Intimem-se as partes** para comparecerem no dia **16/12/2020, a partir das 14:00hs**(ordem de chegada) no Setor Médico do Fórum Afonso Campos (4º Andar) para realização da perícia, acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e quesitação. **É dever do advogado informar a parte data, hora e local da perícia.**

**Advogado: MARCIA AGRA DE SOUZA OAB: PB9824 Endereço: desconhecido**

**Advogado: SUELIO MOREIRA TORRES OAB: PB15477 Endereço: , JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58000-000**

Campina Grande-PB, 16 de novembro de 2020

**De ordem, ANA MARIA FERREIRA LOBO**

**Técnico Judiciário**





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**7ª Vara Cível de Campina Grande**

---

PROCESSO Nº 0831590-04.2019.8.15.0001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Acidente de Trânsito]

AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

7ª Vara Cível de Campina Grande-Pb, 16 de novembro de 2020.

ANA MARIA FERREIRA LOBO

Técnico Judiciário



Zimbra

00019277440@tjpb.jus.br


---

**INTIMAÇÃO SEGURADORA LIDER - PERÍCIAS DPVAT 16/12/2020**

---

**De :** Ana Maria Lobo Costa <ana.lobo@tjpb.jus.br>

Ter, 17 de nov de 2020 02:05

**Assunto :** INTIMAÇÃO SEGURADORA LIDER - PERÍCIAS  
DPVAT 16/12/2020 1 anexo**Para :** citacao intimcao  
<citacao.intimcao@seguradoralider.om.br>

Boa Noite!

Sr. Representante Legal da Seguradora Líder,

De ordem da MM Juíza de Direito da 7ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande-PB, Dra. Vanessa Andrade Dantas Liberalino da Nóbrega, fica Vossa Senhoria intimada para depositar os honorários periciais no valor de R\$200,00 (duzentos reais) por cada processo listado em anexo, em 10 (dez) dias, sob pena de penhora on line, como também para, querendo, indicar assistente técnico, no mesmo prazo, bem como para comparecimento neste fórum, no Setor Médico, acompanhada de seu advogado, no dia **16 de dezembro de 2020 nos horários indicados na lista de processos** em anexo para a realização das perícias.

Atenciosamente,

Ana Maria Ferreira Lobo  
Técnico Judiciário - mat. 473.115-8

---

 **PERÍCIAS - OFÍCIO INDICANDO DATA- 7ª VARA CIVEL DE CAMPINA  
GRANDE.pdf**  
187 KB

---



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo: 08315900420198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 19 de novembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



Em anexo segue laudo da avaliação médica.



PROCESSO Nº 0831590-04.2019.8.15.0001

**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE**

(Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nome completo: **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**

CPF: 768.743.544-34

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações relatadas neste ato pericial são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº **0831590-04.2019.8.15.0001**, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figuro como autor e que tramita na 7ª Vara Cível ou JEC da Comarca de Campina Grande.

Campina Grande/PB, 16 de Dezembro de 2020.

Valdecir Carneiro da Silva  
Assinatura da vítima

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

Omómero esquerdo.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

Fratura da tíbia esquerda,  
realizado tratamento cirúrgico.

Redução e fixação. Realizou  
sessões de fisioterapia.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

Rosana Bezerra Duarte de Paiva  
C.R.M. 13.314-24  
16 de Dezembro de 2020

Digitalizada com CamScanner



**PROCESSO Nº 0831590-04.2019.8.15.0001**

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

Groove bloqueio articular em  
tornozelo esquerdo. Dor crônica  
e limitação a deambulação  
prolongada. Marcha  
claudicante à esquerda.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

**Segmento anatômico**

**Marque aqui o percentual**

1º Lesão

TORNOZELO

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☒ 75%

Intensa

2º Lesão

ESQUERDO

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

3º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

4º Lesão

☐ 10% Residual

☐ 25% Leve

☐ 50% Média

☐ 75%

Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

Nega trauma prévio em tornozelo  
esquerdo!

Local e data da realização do exame médico:

Campina Grande /PB, 16 de Dezembro de 2020

Assinatura do médico – CRM

Rosana Bezerra Duarte de Paiva CRM-PB 4183

Digitalizada com CamScanner



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE- PB.

Processo nº 0831590-04.2019.815.0001

**VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, devidamente qualificado, nos autos da presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE**, que promove contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, por sua advogada que subscreve a presente, **informar que não tem mais provas a produzir, que todos os documentos acostados aos autos, bem como o Laudo Pericial, corroboram com os fatos alegados na inicial e, pelo exposto, requer o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 do CPC.**

Nestes Termos,





Aguarda Deferimento.

Campina Grande – PB, 25 de Janeiro de 2021.

Márcia Agra de Souza

OAB/PB 9824



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB

Processo n.º 08315900420198150001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreeve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpra esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

**Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.**

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

#### DO LAUDO PERICIAL

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a documentação médica apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado em TORNOZELO ESQUERDO e um sinistro de trânsito.

Observe Exa., que não foi acostado boletim de primeiro atendimento médico completo, e requisição de exames apresentado NÃO solicita exames do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO/ TORNOZELO ESQUERDO.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO		SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE LUIZ GONZAGA PERMANES		REQUISIÇÃO DE EXAMES	
NOME: VALDECIR CAVALERO SILVA						PRONTUÁRIO:	
IDADE:	SEXO:	COR:	PESO:	ALTURA:	CLÍNICA:	ENF:	LEITO:
	M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	B <input type="checkbox"/> P <input type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/>					
DADOS CLÍNICOS:							
POLIMIELOMIA							
MATERIAL A EXAMINAR:						RAIO X	
						REALIZADO EM:	
						26/05/18	
EXAMES SOLICITADOS:							
- RX COLUNA CERVICAL							
- RX PERNA(D) - RX TORNAX							
- RX QUADRIL							
URGÊNCIA:	<input type="checkbox"/>		ROTINA:	<input type="checkbox"/>		Assinatura do Médico	
DATA:			HORA DA SOLICITAÇÃO:			Carimbo e Assinatura do Médico	

A única documentação médica complementar apresentada que informa lesão no membro inferior esquerdo é um boletim de anestesia.

RESSALTA-SE QUE NÃO FORAM APRESENTADOS BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO OU DOCUMENTO DE ENTRADA DO HOSPITAL QUE INFORMEM A RAZÃO PELO QUAL ORIGINOU A NECESSIDADE DE CIRURGIA NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. VERIFICA-SE QUE NÃO HÁ QUALQUER DOCUMENTO MÉDICO QUE FAÇA MENÇÃO A LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO!!

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada no **TORNOZELO ESQUERDO**, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.



Contudo, caso Vossa Excelência tenha entendimento diverso, requer a parte Ré que seja intimada a parte autora para devida apresentação da documentação médica completa a fim de que seja possível verificar eventual nexó entre a cirurgia realizada no membro inferior esquerdo e o sinistro alegado.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CAMPINA GRANDE, 8 de fevereiro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)





**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE  
7ª VARA CÍVEL**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0831590-04.2019.8.15.0001**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [Acidente de Trânsito]

**AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**

Advogado do(a) AUTOR: MARCIA AGRA DE SOUZA - PB9824

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477

---

**SENTENÇA**

**DIREITO CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT: SEGURO DE  
RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PERMANENTE.**



EXAME PERICIAL ATESTANDO A DEBILIDADE PERMANENTE  
PARCIAL INCOMPLETA. INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM O GRAU DE  
DEBILIDADE. VALOR ESTABELECIDO PELA LEI Nº 11.945/09.  
**PROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL.**

**Vistos etc.**

Trata-se de **Ação de Cobrança de Seguro DPVAT** requerida por **VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, já qualificado nos autos, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, pessoa jurídica igualmente qualificada, ajuizada em razão dos fatos e fundamentos jurídicos alinhados na exordial, que, em suma, aduz que a parte promovente sofreu um acidente automobilístico no dia 27/05/2018, ocasionando debilidades indenizáveis pelo seguro DPVAT, requerendo o pagamento do referido seguro.

Instruiu a petição inicial com documentos.

Contestação ao Id 29597617.

Impugnação à contestação – Num. 30482089.

Realização da prova pericial – Id 38171373, sobre a qual a parte promovida apresentou manifestação (Id 39315427), na qual afirma que os documentos médicos acostados não indicam invalidez permanente, ao contrário do que restou constatado, reiterando a inexistência de requerimento administrativo.

Não havendo outras provas a serem produzidas em audiência, vieram-me os autos conclusos.

*É o relatório, em apertada síntese.*

**FUNDAMENTAÇÃO**

**PRELIMINARMENTE**



O ponto controvertido da presente demanda versa sobre a existência de interesse de agir, em razão de ausência do pedido administrativo perante a Seguradora reclamada, acerca do pagamento indenizatório do seguro DPVAT.

Após o advento da Constituição da República, que adotou o princípio da proteção judiciária ou inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário, consagrado no artigo 5º, inciso XXXV, da Carta Magna, o esgotamento da via administrativa não é mais condição para o ajuizamento de ação.

No entanto, para que o julgador possa oferecer a tutela invocada, é mister que analise, de início, a presença dos requisitos de ordem processual intrinsecamente instrumentais, verdadeiras questões prejudiciais denominadas condições da ação, cuja ausência de qualquer uma delas leva à proclamação da carência do direito à prestação jurisdicional.

Feito este registro, é de bom alvitre rememorar que a exigência não é do exaurimento na via administrativa, mas apenas a **caracterização de mínima resistência por parte da recorrida, a fim de que se desencadeie o interesse de agir.**

*In casu*, além da peça contestatória, após o laudo médico acostado aos autos, a parte ré reiterou a improcedência da ação (Id 39315427), ante a ausência de nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado, ratificando o entendimento que seria adotado por ocasião de eventual pedido administrativo.

Nesse sentido, posicionou-se o Tribunal de Justiça da Paraíba:

*CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. OPOSIÇÃO DE CONTESTAÇÃO. RESISTÊNCIA CONFIGURADA. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. REGRA DE TRANSIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. REJEIÇÃO DA PREFACIAL. - De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal*



*Federal, quando a seguradora apresenta contestação de mérito resta demonstrada a resistência à pretensão, ensejando, assim, o interesse de agir da parte demandante, motivo pelo qual a prefacial ora suscitada não merece guarida. PREAMBULAR DE INÉPCIA DA INICIAL. AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS CAPAZES DE DEMONSTRAR A OCORRÊNCIA DO ACIDENTE. MATÉRIA PRÉVIA REJEITADA. - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. PRESCINDIBILIDADE DA JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO COMPROVADO ATRAVÉS DE OUTROS DOCUMENTOS. NEXO DE CAUSALIDADE. PRESENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. A ausência de boletim de ocorrência não é óbice à propositura de ação visando o recebimento do seguro DPVAT. Mantém-se a sentença que reconheceu o dever de indenizar após analisar os documentos coligidos nos autos, que demonstram de forma inequívoca o acidente de trânsito ocorrido e a invalidez decorrente do sinistro. (TJMS; APL 08001 (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00001296420118150571, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 20-03-2018)*

Sendo assim, verifico que não persiste justificativa para extinção da demanda, haja vista a regular instrução probatória, inclusive com realização de prova pericial, mormente reafirmado o interesse de agir superveniente, **porquanto apresentada contestação de mérito da pretensão autoral**, conforme se extrai dos autos.

Rejeito, portanto, a preliminar.

## **DO MÉRITO**

Trata-se de Ação de Cobrança em que a parte autora pleiteia a referente ao seguro DPVAT, em face do acidente de trânsito sofrido em 27/05/2018.



Inicialmente, tem-se que o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores (DPVAT) é modalidade de indenização decorrente de dano pessoal, em que não se discute a existência de culpa por parte de qualquer um dos participantes do sinistro.

Saliente-se que a vítima de acidente automobilístico e seus respectivos beneficiários fazem jus ao recebimento do seguro obrigatório. Deve-se esclarecer que, para o pagamento da indenização, exige a Lei nº 6.194, de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado, *in verbis*:

*"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da exigência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".*

Na atual conjuntura, temos três situações jurídicas distintas para a indenização do seguro DPVAT, a depender da data do acidente.

Para acidente ocorrido *antes de 29/12/2006*, aplica-se a redação original da Lei nº 6.194/74, que em seu art. 3º, alínea "b", estabelecia indenização por morte ou invalidez permanente em 40 salários-mínimos, sem menção ao grau de invalidez. *A partir de 29/12/2006 até 22/12/2008*, vigora a alteração do dispositivo legal mencionado pela Medida Provisória nº 340/2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.482/2007, que fixou a indenização em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), também sem qualquer referência ao grau de invalidez. *Após 22/12/2008*, com a entrada em vigor da Medida Provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se indenização escalonada em tabela, que prevê valor indenizatório proporcional à extensão das perdas anatômicas ou funcionais.

Sobre o tema, colaciona-se a Súmula de n.º 474 da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."*





No caso dos autos, restou comprovado que o acidente de trânsito ocorreu em 27/05/2018, quando já em vigor a MP nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009.

Tal legislação inovou o ordenamento jurídico, trazendo em seu bojo tabela de escalonamento do valor da indenização, segundo o grau de invalidez, tabela essa antes prevista, apenas, em resoluções da SUSEP ou CNSP que a jurisprudência pátria resistia em aplicar, justamente por falta de previsão legal e ausência de competência legislativa dos órgãos administrativos.

Portanto, ante a expressa previsão legal da referida tabela e aplicação da Lei nº 11.945/2009, inarredável a aplicação nas lides que envolvam vítimas de acidente de trânsito, ocorridos após 22/12/2008, como na hipótese dos autos.

Note-se que o laudo médico de ID 38171373 identifica uma invalidez parcial permanente incompleta representada pela no tornozelo esquerdo, com déficit funcional à razão de 75% (intensa), devendo ser aplicado artigo 3º, § 1º, II, da Lei n.º 6.194/74:

*Art. 3º – Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). [...]*

*II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007) [...]*

*§ 1º – No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*



*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos). (grifoss nossos)*

Por sua vez, entendo que a impugnação ao laudo pericial apresentada nos autos apenas rejeitou genericamente seus termos, pois limita-se a alegar que a referida prova diverge dos documentos dos autos, inexistindo argumentos aptos a afastar a conclusão da *expert*.

Nesse sentido, entendo que restou demonstrado o fato constitutivo do pleito autoral, restando correta a especificação da lesão e sua gravidade no laudo médico produzido neste caderno processual.

Ressalte-se que o magistrado é o destinatário final da produção probatória, sendo dele a tarefa de analisar livremente as provas dos autos, sopesando as diligências necessárias ao deslinde da controvérsia, à luz dos fatos, jurisprudência e aspectos pertinentes da legislação vigente, para firmar seu convencimento e proferir decisão fundamentada.

Colaciona-se os seguintes precedentes:



*DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. 1. É válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial. Precedente. 2. Recurso conhecido e improvido. (Recurso Especial n.º 1101572-RS, Ministra Nancy Andrighi, julgado em 16.11.2010)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT. INVALIDEZ. CÁLCULO PROPORCIONAL. 1 – Consolidou-se a jurisprudência do STJ no sentido da validade da utilização de tabela para o cálculo proporcional da indenização de seguro obrigatório segundo o grau de invalidez. Precedentes. 2 – Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1360777 / PR, Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, julgado em 07/04/2011)*

Deste modo, tem-se que a indenização devida para comprometimento parcial no seguimento discutido é de 25% sobre o limite máximo estabelecido na legislação aplicável, correspondendo a R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais) e, sobre ele, a redução de 75% em razão de ser a lesão intensa (Súmula nº 474, STJ), o que totaliza o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).

#### *Dos juros moratórios e da correção monetária*

Do enunciado da Súmula 426 do STJ, os juros moratórios devem ser contados a partir da citação inicial. Vejamos: “Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

No que tange à correção monetária, esta deve ser contada a partir da data do evento danoso. É o que dispõe a Súmula 580 do STJ: Súmula 580, STJ: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.



## **DISPOSITIVO**

Sendo assim, em face das razões acima expostas, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, para condenar a **Seguradora Líder dos Consórcios S/A**, ao pagamento da quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), corrigidos monetariamente pelo INPC a contar da data do evento danoso (Súmula 580) e juros de 1% ao mês, a partir da citação (Súmula 426 do STJ).

Condeno a seguradora promovida nas custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 20% sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do NCPC.

Oficie-se o Banco do Brasil para que transfira o valor dos honorários periciais depositado na conta judicial, para a conta indicada pelo (a) perito (a).

Publicação e Registro eletrônicos.

**Intimem-se.**

Campina Grande, datado e assinado eletronicamente.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**VANESSA ANDRADE DANTAS LIBERALINO DA NÓBREGA**

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE– PB.

Processo nº 0831590-04.2019.815.0001

### CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

**VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**, devidamente qualificado, nos autos da presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE**, que promove contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem através de sua advogada que esta subscreve, à presença de V. Exa. Requerer o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, nos termos que segue:

A Promovida foi compelida, por decisão ID 43186019 a pagar ao Autor a importância de R\$ 2.531,25 (Dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos),



corrigidos monetariamente pelo INPC a contar da data do evento danoso **(27/05/2018)** e juros de 1% ao mês, a partir da citação **(21/02/2020)**.

Com base na Sentença prolatada, nos termos acima descritos, utilizando a ferramenta do TJPB para realização do cálculo, o valor da condenação, atualizado até a presente data, é de R\$ 3.433,77 (Três mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e sete centavos). Memória de cálculo anexa.

E ainda, fora arbitrado honorários advocatícios da sucumbência no percentual de 20% (vinte por cento).

		VALORES ATUALIZADOS
<b>SENTENÇA</b>	2.531,25	<b>3.433,77</b>
<b>HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS 20%</b>		<b>686,75</b>
<b>TOTAL DEVIDO</b>		<b>4.120,52</b>

Destarte, requer-se, com o devido respeito, digno-se Vossa Excelência:

a) ordenar a intimação da Devedora, para que, no prazo legal, efetue o pagamento espontâneo da importância de **R\$ 4.120.52**, devidamente atualizada e corrigida,





sob pena de, não o fazendo, ser, a este valor, acrescida a multa de 10% (dez por cento), e advertindo-a, ainda, que, acaso o pagamento seja parcial, a multa incidirá sobre o restante da dívida;

b) não sendo pago o valor devido no prazo mencionado no item anterior, requer seja concretizado o bloqueio “*on-line*”, via SISBAJud, de numerários suficientes, por intermédio do **CNPJ de nº 09.248.608/0001-04 da ora Devedora**;

Nestes Termos,  
Aguarda Deferimento.

Campina Grande – PB, 14 de junho de 2021.

Márcia Agra de Souza  
OAB/PB 9824







**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA**



Este cálculo é apenas uma simulação e essa é uma ferramenta de auxílio, portanto, não possui valor legal.

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA  
EXECUÇÃO DE SENTENÇA  
RESUMO DO CÁLCULO**

**PROCESSO:** 0831590-04.2019.8.15.0001

**CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA:** Índices oficiais (ORTN, OTN, BTN e INPC)

**TERMO FINAL (ATUALIZAR ATÉ):** 14/06/2021

**TAXA DE JUROS MORATÓRIOS:** 1,00% a.m. - juros simples - a partir de 21/02/2020

**VALORES DEVIDOS**

Termo inicial	Valor	Valor corrigido	Juros a partir de	Juros do período(%)	Juros do período(\$)	Total(\$)
27/05/2018	2.531,25	2.960,15	21/02/2020	16,00%	473,62	3.433,77
Débitos atualizados até 14/06/2021						R\$ 3.433,77

Cálculo realizado em 14/06/2021

Página 1 de 2





**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA**



Este cálculo é apenas uma simulação e essa é uma ferramenta de auxílio, portanto, não possui valor legal.

**CÁLCULO DE CORREÇÃO MONETÁRIA  
EXECUÇÃO DE SENTENÇA  
MEMÓRIA DE CÁLCULO**

#1 Termo inicial: 27/05/2018 Valor: 2.531,25				
Data	Índice	Fator	Moeda	Saldo
05/2018	INPC	-	R\$	2.531,25
06/2021	INPC	1,1694	R\$	2.960,15

Cálculo realizado em 14/06/2021

Página 2 de 2





**Poder Judiciário da Paraíba  
7ª Vara Cível de Campina Grande**

**Processo nº 0831590-04.2019.8.15.0001**

**AUTOR: VALDECIR CARNEIRO DA SILVA**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

**CERTIFICO** que, no dia 09/06, **TRANSITOU EM JULGADO A SENTENÇA** de ID nº **43186019**, sem interposição do recurso pelas partes. NADA MAIS.

O referido é verdade, dou fé.

Campina Grande-PB, 16 de junho de 2021

ANA MARIA FERREIRA LOBO

Técnico Judiciário



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE CAMPINA GRANDE  
7ª VARA CÍVEL**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0831590-04.2019.8.15.0001**

**DESPACHO**

Vistos etc.

**Intime-se a parte executada** para promover o pagamento da dívida, em 15 (quinze) dias, conforme requerido pelo exequente, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, penhora de bens e arbitramento de honorários advocatícios da fase executiva.

Efetuada o pagamento, e não havendo impugnação ao cumprimento de sentença ou qualquer outro incidente, **expeçam-se os competentes Alvarás Judiciais**, em duas vias, o primeiro em nome da autora e o segundo em nome de seu advogado, correspondente ao valor dos honorários advocatícios.





Atente-se a escritania, que o alvará judicial deverá ser emitido seguindo o modelo disponibilizado no PJE, com o nome “Alvará Modelo – COVID 19”, conforme Ofício Circular 14/20, expedido pela Presidência do TJPB.

Caso a escritania julgue necessário, **autorizo**, desde já, a **remessa dos autos à Contadoria Judicial**, a fim de que seja calculado o valor a ser liberado em favor da autora e de seu advogado.

Proceda a escritania com os cálculos das custas processuais, intimando-se, ato contínuo, a parte promovida para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas processuais, sob pena de protesto e inscrição do débito na dívida ativa do Estado.

Havendo pagamento voluntário das custas processuais, arquivem-se os autos. Caso contrário, expeça-se certidão de débitos de custas judiciais (CDCJ), encaminhando-se para protesto e inscrição em dívida ativa, nos termos dos artigos 393, 394 e 395, do novo Código de Normas Judiciais (Provimento CGT-TJPB nº 49/2019).

Campina Grande, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**VANESSA ANDRADE DANTAS LIBERALINO DA NÓBREGA**

Juíza de Direito

